

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

MONIK MILANY SANTOS SANTANA

**“OUSAR SE REVOLTAR”: GESTOS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
AO DISCURSO RACISTA NO *INSTAGRAM***

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

MONIK MILANY SANTOS SANTANA

**“OUSAR SE REVOLTAR”: GESTOS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
AO DISCURSO RACISTA NO *INSTAGRAM***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Texto, Significado e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

S223o	<p>Santana, Monik Milany Santos. “Ousar se revoltar”: gestos de resistência de mulheres negras ao discurso racista no <i>instagram</i>. / Monik Milany Santos Santana; orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. – Vitória da Conquista, 2023. 93f.</p> <p>Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 82 – 92.</p> <p>1. Discurso racista - Mulheres negras. 2. Memória discursiva. 3. Rede social - <i>Instagram</i>. 4. Resistência. I. Cortes, Gerenice Ribeiro de Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III</p> <p style="text-align: right;">CDD: 305.48608</p>
-------	--

Catalogação na fonte: *Juliana Teixeira de Assunção* — CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: “Dare to revolt”: resistance gestures by black women to racist discourse on Instagram

Palavras-chave em inglês: Racist discourse. Discursive memory. Black Women and Silencing. Resistance. Instagram social network.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof.^a Dr.^a Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (Presidente-Orientadora); Prof.^a Dr.^a Fernanda Correia Silveira Galli (UFPE); Prof.^a Dr.^a M^a da Conceição Fonseca-Silva (UESB)

Data da defesa: 23 de março de 2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3664-8231>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6900421986111550>

MONIK MILANY SANTOS SANTANA

**OUSAR SE REVOLTAR, GESTOS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS
AO DISCURSO RACISTA NO INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 23 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira
(Cortes Presidente-Orientadora)
Instituição: UESB

Ass.: *Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes*

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva
Instituição: UESB

Ass.: *Monik*

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli
Instituição: UFPE

Ass.: *Fernanda Correa Silveira Galli*

À minha família, amigos e colegas que, com muito carinho, compreensão e incentivo, me ajudaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, oração. Depois de tudo, gratidão, em especial, a todos que contribuíram para que eu pudesse alcançar essa conquista. À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que, após 14 anos, me recebeu pela segunda vez entre seus discentes e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”¹.

Agradeço, de modo especial, a minha orientadora professora Dr.^a Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes pela generosidade, paciência e carinho com que me conduziu pelo caminho apaixonante da Análise de Discurso (AD).

À professora Dr.^a Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB) e ao professor Dr. Adilson Ventura (UESB) pelas valiosas contribuições durante a Banca de Qualificação; e à professora Dr.^a Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE) e, mais uma vez, à professora Dr.^a Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB) por aceitarem o convite para participar da Banca Examinadora de Defesa.

A toda equipe da Coordenação do PPGLin/UESB, aos professores e servidores do programa, bem como aos meus colegas do projeto de pesquisa, com os quais compartilhei, ao longo destes dois anos, as vitórias e os desafios dessa jornada. Cada vivência em sala de aula foi enriquecedora.

Meu infinito e maior agradecimento a Deus, que é minha base, meu sustento, pela vida e pela saúde; e a minha família por todo apoio, incentivo e vibração por mais esta conquista em minha trajetória acadêmica, em especial, a minha mãe (*in memoriam*), que segue ao meu lado em cada passo que dou, a minha avó e a minha tia. Que eu seja a primeira de muitos dos meus a seguir pelo caminho da pesquisa.

Ao meu namorado Geraldo, companheiro com quem compartilhei as inúmeras descobertas, as poucas angústias e as muitas felicidades ao longo desse processo. Obrigada por ter me apoiado do início ao fim.

Aos meus amigos, em especial Lucinéia, a quem devo o incentivo inicial para eu tentar a seleção para o mestrado e que foi referência e apoio ao longo da pesquisa. Obrigada, Lu por

¹ Forma padrão em conformidade com Portaria CAPES n° 206/2018 e esclarecimento do Ofício Circular n° 19/2018-CPG/CGSI/DPB/CAPES.

cada troca e por não ter desistido de me fazer ser cativada por esse campo teórico. Nossa sintonia é e foi tanta que, passados três anos, até as nossas datas de defesa coincidiram.

Estendo, por fim, minha gratidão aos meus colegas de trabalho e a todos que contribuíram com palavras e gestos de incentivo nesta fase da minha vida.

O sujeito que buscamos aqui sempre esteve e nunca esteve.
Sempre foi e nunca foi. Sempre falada e silenciada... Sempre.
(JUREMA WERNECK, 2012)

RESUMO

Historicamente, a mulher negra brasileira tem sofrido opressão por parte de uma sociedade machista e que tem o racismo como uma forma sistemática de discriminação, apoiada na negação e no silenciamento para manter e legitimar violências, sobretudo, simbólicas. Entretanto, as redes sociais digitais, sendo um espaço discursivo de embates ideológicos, também podem ser ocupadas para os contradiscursos e confrontos. Assim, a partir do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) fundada por Pêcheux, objetivamos analisar o funcionamento discursivo dos gestos de resistência ao discurso racista, a partir de perfis de mulheres negras brasileiras na rede social *Instagram*. A pesquisa foi guiada pela seguinte questão central: **Como funciona a resistência ao discurso racista, a partir de perfis de mulheres negras brasileiras, na rede social *Instagram*?** A hipótese central é a de que os gestos de resistência ao discurso racista se instauram a partir do funcionamento de uma posição-sujeito de antagonismo e confronto ao discurso racista, em alguns perfis da rede social *Instagram*. Além dos pressupostos da AD, temos as contribuições das Ciências Sociais, que discutem questões raciais e de gênero. A partir da dispersão da rede, construímos um arquivo – usando o recurso do *print screen* [captura de tela] – de onde extraímos os recortes de Sequências Discursivas (SDs) que constituem o nosso *corpus* discursivo. Nos gestos analíticos, observamos o funcionamento de uma tensão da memória discursiva, tendo em vista os efeitos de silenciamento – imposto, historicamente, à mulher negra – e os movimentos de contradiscursos e resistência ao discurso racista na/em rede. Nessa trama de embates ideológicos, instaura-se na rede social *Instagram* um tenso movimento de efeitos de sentidos e de posições-sujeito nas relações com a formação discursiva do racismo; nesses embates, a rede também passa a ser um espaço ocupado para dar voz e visibilidade às mulheres, que ousam se revoltar contra o discurso racista.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso racista. Memória discursiva. Mulheres negras e Silenciamento. Rede social *Instagram*. Resistência.

ABSTRACT

Historically, the black Brazilian women have been oppressed by a sexist society that has racism as a systematic form of discrimination, supported by denial and silencing to maintain and legitimize violences, especially the symbolic one. However, the digital social networks, being a discursive space of ideological clashes, they can also be occupied for contradiscourses and confrontations. Thus, based on the theoretical-methodological device of Discourse Analysis (DA) founded by Pêcheux, we aim to analyze the discursive functioning of gestures of resistance to racist discourse, based on profiles of black Brazilian women on the social network Instagram. The research was guided by the following central question: How does resistance to racist discourse work, based on profiles of black Brazilian women, on the social network Instagram? The central hypothesis is that gestures of resistance to racist discourse are established from the functioning of a subject-position of antagonism and confrontation to racist discourse, in some profiles of the social network Instagram. In addition to the assumptions of AD, we have the contributions of the Social Sciences, which discuss racial and gender issues. From the dispersion of the network, we built an archive – using the print screen resource – from which we extracted the clippings of Discursive Sequences (SDs) that constitute our discursive corpus. In the analytical gestures, we observe the functioning of a tension of discursive memory, in view of the effects of silencing – historically imposed on black women – and the movements of contradiscourses and resistance to racist discourse on/from the network. In this plot of ideological clashes, it is established in the social network *Instagram* a tense movement of sense effects and subject-positions in relations with the discursive formation of racism; in these clashes, the network also becomes an occupied space occupied to give voice and visibility to women, who dare to revolt against racist discourse.

KEYWORDS

Racist discourse. Discursive memory. Black Women and Silencing. Instagram social network. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – SD1: Perfil no <i>Instagram</i> “Laari Belizario”	41
Figura 2 – SD2: Perfil no <i>Instagram</i> “Lu Daltro”	45
Figura 3 – SD2: Perfil no <i>Instagram</i> “Lu Daltro”	46
Figura 4 – SD3: Perfil no <i>Instagram</i> “Cine Afro”	51
Figura 5 – SD4: Perfil no <i>Instagram</i> “As negas do ziriguidum oficial”	54
Figura 6 – SD5: Perfil no <i>Instagram</i> “Monique Evelle”	56
Figura 7 – SD6: Perfil no <i>Instagram</i> “Pam Nascimento”	58
Figura 8 – SD7: Perfil no <i>Instagram</i> “Negra vaidosa”	64
Figura 9 – SD8: Perfil no <i>Instagram</i> “Pamela Vindillino_”	66
Figura 10 – SD9: Perfil no <i>Instagram</i> “Monique Evelle”	69
Figura 11 – SD9: Perfil no <i>Instagram</i> “Monique Evelle”	69
Figura 12 – SD10: Perfil no <i>Instagram</i> “Katiuuscia Ribeiro”	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recorte e Sequências Discursivas (SDs).....	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
DELL	Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
FD	Formação Discursiva
PPGLin	Programa de Pós-Graduação em Linguística
SD(s)	Sequência(s) Discursiva(s)
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO RACISMO	20
2.1 O racismo à brasileira	21
2.2 O lugar da mulher na sociedade brasileira	25
3 A ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS TRAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ..	29
3.1 As condições de produção – o discurso digital e seu funcionamento	33
3.2 Percursos metodológicos: da dispersão da rede à construção do arquivo e do corpus discursivo.....	37
3.2.1 A rede social Instagram – um campo de discursividades.....	40
4 PRIMEIROS GESTOS ANALÍTICOS – MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DISCURSIVA EM/NA REDE.....	41
5 OUTROS GESTOS ANALÍTICOS – O DISCURSO DO RACISMO REVERSO: DO SILENCIAMENTO À RESISTÊNCIA.....	62
6 EFEITOS DE CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	93
ANEXO A – Charge – Folha de São Paulo	93

1 INTRODUÇÃO

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher? (SOJOURNER TRUTH, 1851).

Passado mais de um século de sua morte, o questionamento da abolicionista afro-americana e ativista pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth, ainda ressoa na atualidade. O pensamento da ativista, como observa Cruz (2020, p. 11), segue tendo: “[...] a tarefa de mexer com as verdades estabelecidas, visto que Sojourner reverbera em volume cada vez mais alto um mundo que passou por abolições que, se não falsas, foram no mínimo incompletas”.

A força do discurso de Sojourner, durante a *Convenção dos Direitos das Mulheres* em Ohio, nos Estados Unidos, já evidenciava, desde aquela época, a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos e a ausência do debate entorno da interseccionalidade² – noção contrária à ideia de universalidade e que considera particularidades, como raça, gênero e classe – que incide no imaginário social sobre essas mulheres.

Ao indagar sobre que mulher é essa que deve ser tratada de maneira diferente dela, mulher negra, Sojourner confronta a ideia de mulher universal, de que todas partem do mesmo lugar social. Esta é uma das principais características do feminismo negro, “a defesa de uma perspectiva feminista que prescinde de uma identidade comum a todas as mulheres”, como explica Cestari (2017, p. 185). Afinal, “iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas” (AKOTIRENE, 2020, p. 28).

À mulher negra não é facultada a possibilidade de escolher em qual situação ela será “somente” mulher ou “somente” negra. Sojourner demonstra, em sua fala, que o lugar social da mulher negra é fruto da opressão e faz parte da construção de uma sociedade racista, capitalista e machista.

Segundo Werneck, Iraci e Cruz (2012), numa sociedade cujas bases são estruturadas sob as regras do racismo e do patriarcado, como é o caso da sociedade brasileira, as mulheres negras são expostas a situações extremas de subordinação e discriminação, que resultam em

² Reconhecendo a heterogeneidade que caracteriza o entendimento e o uso da noção de interseccionalidade, nesta pesquisa, tomamos a noção trabalhada por Akotirene (2020), que faz o feminismo negro dialogar concomitantemente entre/com as avenidas identitárias do racismo, do cisheteropatriarcado e o capitalismo. Ou seja, considerar as categorias: raça, gênero e classe.

pobreza, violências e vulnerabilidades de tal modo que o lugar destinado a elas é a base da pirâmide social.

De acordo com relatórios formulados por institutos de pesquisa, as mulheres negras acumulam os piores indicadores sociais do Brasil. Para exemplificar esse cenário, elas representam 66% do total das mulheres assassinadas no país³; formam o grupo com a maior taxa de mortalidade materna, o equivalente a 61,3% a cada 100 mil nascidos vivos⁴; e chefiam 63% das casas que estão abaixo da linha da pobreza⁵. Quando o tema é violência política, por exemplo, das 59 ofensas com conteúdo discriminatório, catalogadas pelo estudo “Violência Política e Eleitoral no Brasil”⁶, 76% foram direcionadas para as mulheres, em especial as negras, e tiveram como base o racismo.

Nessa perspectiva, a escritora portuguesa Grada Kilomba (2019) afirma que a mulher negra é, para além do que assegura Simone de Beauvoir, o outro do “Outro”. Ela é uma dupla antítese (da branquitude e da masculinidade), ocupando um lugar social muito mais difícil de transcender, que reflete em violências (física, política, psicológica, sexual, simbólica, entre outras) e resistência até os dias de hoje. Confirmando essa perspectiva, Werneck, Iraci e Cruz (2012) asseguram que, em razão dessas violências anteriormente citadas, as mulheres negras vivem sentimentos de baixa autoestima, rejeição, medo, raiva e dor.

Em entrevista concedida para a *Revista Revestrés*, a jornalista e ativista Monique Evelle, considerada pela *Revista Cláudia* e pelo jornal *Estadão* como a nova voz do feminismo negro em 2016, afirmou: “Eu nunca fui tímida, fui silenciada” (EVELLE, 2019). A declaração da jornalista demonstra todo um sistema histórico que tem funcionado a partir da opressão às mulheres negras, em especial, pelo silenciamento. Afinal, como aponta Trindade (2022), há, no Brasil, um esforço, sobretudo institucional, de apagamento da história da resistência negra e de silenciamento do debate público sobre o racismo.

De uma perspectiva social, Kilomba (2019) afirma que o silêncio pode ser entendido enquanto a afirmação do projeto colonial e, conseqüentemente, mais uma forma de racismo. Para ilustrar a respeito, a escritora utiliza a metáfora da Máscara de Flandres imposta aos

³ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022

⁴ Disponível em: <https://criola.org.br/artigo-morte-materna-e-a-mais-cruel-expressao-do-racismo-no-brasil/> Acesso em: 13 ago. 2022.

⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022

⁶ Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/> Acesso em: 13 ago. 2022.

negros durante o período de escravidão no Brasil, sob a justificativa de evitar que eles comessem enquanto trabalhavam nas plantações.

Mas, a sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. [...] Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 33).

Lélia Gonzalez (2020) situa o racismo entre os discursos de exclusão, em que o grupo excluído é tratado como objeto e não como sujeito. “Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores” (GONZALEZ, 2020, p.16), produzindo assim o silenciamento de vozes de mulheres negras e, consequentemente, de sentidos (CESTARI, 2017).

Segundo Trindade (2022), o racismo no Brasil foi construído com base na “democracia racial” e na ideologia do branqueamento, tornando-se “profundamente internalizado no imaginário coletivo (incluindo em não brancos). Isso fez com que discursos que manifestam ideologias racistas e preconceituosas se tornassem naturalizados”⁷ (TRINDADE, 2022, p.115-116).

Temos sido descritas como seres inferiores, hipersexualizadas, trabalhadoras braçais desqualificadas e ignorantes, com reduzidas qualidades humanas e incapazes de transpor o profundo fosso das carências para habitar de forma protagônica a civilização brasileira. [...] Tal imagem, reiterada uma infinidade de vezes pela sociedade desigual, oferece sustentação aos estereótipos e invisibilizações que enfrentamos até hoje. Essa representação, insuficiente, desfavorável, cruel, se constrói e se reitera a partir dos interesses e necessidades dos envolvidos nas disputas de poder entre diferentes segmentos sociais, participando dos diferentes mecanismos institucionais que constroem economias, políticas, direitos (WERNECK, 2012, p. 8).

Daí a importância, como alerta Evaristo (2017), de romper com o silêncio, de estilhaçar a máscara e proporcionar visibilidade e humanidade às narrativas das mulheres negras. “A gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta

⁷ Esses discursos são identificados, por Trindade (2022), como discursos de ódio, aqueles que se caracterizam pela manifestação de pensamentos, valores e ideologias que objetivam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de marcadores como gênero, orientação sexual ou religiosa, raça, lugar de origem ou classe.

potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara” (EVARISTO, 2017).

Nesse sentido, Oliveira (2016, p.811) afirma que apesar do “histórico de uma sociedade que traz a marca e os resquícios de ter vivenciado um sistema escravagista que legitima o lugar da mulher negra na base da pirâmide social, elas desde o período colonial buscaram formas de resistir e de se organizar”, indo na contramão desses silêncios impostos.

Todavia, o racismo no Brasil é estrutural, como aponta Almeida (2020), constituindo-se como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (ALMEIDA, 2020, p. 50) atingindo a coletividade. Então, onde essa interlocutora mulher e negra encontra seu lugar de (r)existência? Afinal, como defende Pêcheux (1995, p.304), “não há dominação sem resistência [...], é preciso ‘ousar se revoltar’”, falar quando se exige silêncio, quebrar o ritual, uma vez que resistir é próprio do processo de construção discursiva e, conseqüentemente, de constituição dos sentidos e dos sujeitos.

O espaço da internet ou ciberespaço, uma vez que a mídia hegemônica ignora as mulheres negras (RIBEIRO, 2016), pode ser uma possível resposta à questão apresentada anteriormente, em especial, as redes sociais digitais – espaços “capazes de gerar mobilizações e conversações [...] na medida em que essas discussões refletem anseios dos próprios grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 8).

De acordo com Raul (2019), as redes sociais digitais, ao mesmo tempo em que têm revelado comportamentos enraizados na mentalidade brasileira, têm possibilitado seu uso por sujeitos e grupos sociais, como as mulheres negras.

Narrativas cotidianas são visibilizadas a partir de discussões empreendidas por mulheres negras no ciberespaço, resultando em memórias do particular, para refletir sobre os diferentes aspectos comuns às experiências de mulheres negras brasileiras, cujas “comunidades virtuais” (SANTAELLA, 2003) problematizam o passado colonial, suas permanências, conseqüências e formas de contemporização (RAUL, 2019, p. 169).

Sendo assim, as redes sociais digitais – espaço de produção e circulação de discursividades, espaço discursivo de embates ideológicos – podem também ser lugares de resistência. Nessa perspectiva, a internet e as redes sociais digitais, entre elas, o *Instagram*⁸

⁸ Lançado em 2010 pelos engenheiros de programação Kevin Systrom e Mike Krieger, o *Instagram* é uma rede social destinada ao compartilhamento de fotos e vídeos e considerada, atualmente, um dos principais espaços discursivos no ambiente digital. Mundialmente, há 1 bilhão de usuários ativos desta rede. No Brasil, segundo dados de 2020, estima-se que ela é a 4ª rede social mais usada, com 95 milhões de usuários (FRIER, 2021).

passaram a ser ocupadas pelas mulheres negras para fazer circular os contradiscursos e confrontos.

Oliveira (2016, p. 810) destaca que “é visível como milhares de mulheres negras têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias pessoais sobre o racismo em suas vidas”. Nesse movimento, observa Cestari (2017, p. 195), estão postas duas perspectivas políticas importantes em torno da luta das mulheres negras pelo reconhecimento e contra o racismo: “a luta pela palavra e contra o silenciamento e a luta por visibilidade (contra imagens estereotipadas ou invisibilização) para que sejam vistas na diversidade de suas existências”. É como destaca Berth (2019), o feminismo negro, com a expansão da internet, fez com que os discursos e demandas das mulheres negras viessem para o centro da discussão.

Dessa forma, considerando que as redes sociais também podem ser um espaço para circulação de vozes que foram historicamente silenciadas e têm se mostrado como uma ferramenta política na internet para narrativas que não encontram visibilidade em espaços convencionais, a presente pesquisa foi guiada pela seguinte questão central: **Como funciona a resistência ao discurso racista, a partir de perfis de mulheres negras brasileiras, na rede social *Instagram*?** Ademais, temos ainda as questões auxiliares seguintes: Como os discursos são afetados pelas condições de produção e de circulação da rede social *Instagram*, considerando-se as relações de forças? Que efeitos de memória são instaurados no discurso, considerando-se as relações de sentidos em funcionamento nessa trama? Como se dá a subjetivação do leitor na seção de comentários dos dizeres inscritos nos perfis do *Instagram*, que integram o *corpus* da pesquisa, e que efeitos de sentidos funcionam na/em rede?

Para responder a estas questões, partimos de algumas hipóteses. A hipótese central é a de que os gestos de resistência ao discurso racista se instauram a partir do funcionamento de uma posição-sujeito de antagonismo e confronto ao discurso racista, em alguns perfis de mulheres negras na rede social *Instagram*. Outras hipóteses: *i*) as condições de produção e, sobretudo, as condições de circulação dos discursos em/na rede afetam a produção e a movimentação dos sentidos; *ii*) a resistência discursiva em funcionamento em perfis ativistas de mulheres negras no *Instagram*, ao mobilizar as relações interdiscursivas, produzirá uma tensa movimentação nas redes de memórias, instaurando distintos efeitos de sentidos. *iii*) o leitor da rede social, ao se inscrever na seção de comentários, irá produzir gestos de interpretação e ocupar distintas posições-sujeito, a partir do jogo de relações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento na trama.

Assim, nosso objetivo geral é analisar o funcionamento discursivo dos gestos de resistência ao discurso racista, a partir de perfis de mulheres negras brasileiras na rede social

Instagram. Já os objetivos específicos são: a) analisar as condições de produção e de circulação dos discursos materializados nos perfis de mulheres negras na rede social *Instagram*, e observar os efeitos aí instaurados; b) analisar os efeitos de memória em funcionamento no discurso, considerando-se as relações de sentidos engendradas na trama discursiva; c) analisar os movimentos de subjetivação do leitor na seção de comentários dos perfis de mulheres negras no *Instagram*, e os efeitos de sentidos instaurados na/em rede.

O presente estudo se insere no projeto temático denominado *Discursividades da Rede Midiática Digital e Relações de Territorialidade Virtual*⁹, cujo objetivo é investigar, a partir dos aportes teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD), o funcionamento discursivo das materialidades midiáticas digitais, com foco nas relações de poder e embates instituídos no ciberespaço e no trabalho de leitura de arquivos, considerando a internet no jogo de forças entre memória e acontecimento.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, sendo o primeiro, o capítulo introdutório, dedicado à problematização e apresentação das questões da pesquisa e seus objetivos.

No segundo capítulo, revisamos as condições históricas que possibilitaram a constituição, formulação e circulação de discursos racistas, bem como o lugar social das mulheres na sociedade brasileira, em especial das mulheres negras.

Já no terceiro capítulo, discorreremos sobre os pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de filiação pêncheuxtiana e do discurso digital, com atenção para as condições de produção e circulação desse discurso, bem como os percursos metodológicos adotados.

No quarto e quinto capítulos, realizamos nossos gestos analíticos e discutimos algumas noções teóricas específicas mobilizadas nessa pesquisa.

Finalmente, no sexto capítulo, apresentamos os efeitos de conclusão, seguidos das Referências e Anexos.

A seguir, apresentamos uma breve discussão sobre a construção social e histórica do discurso racista.

⁹ Tal projeto está inserido em um projeto de pesquisa macro denominado *As redes discursivas digitais sob o jogo de forças da memória: (des)estabilização de sentidos e sujeitos, silenciamento e resistência*, que é coordenado pela professora e pesquisadora Dr^a. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL)/ Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin).

2 CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO RACISMO

Nascida no século XX, por volta de 1920, a palavra racismo possui uma pluralidade de sentidos que nos auxiliam a compreender suas várias dimensões, embora seu significado sempre esteve ligado de alguma forma ao ato de estabelecer classificações ou superioridade e inferioridade entre pessoas, a partir da noção de raça. Foi a discursividade acerca de raça que estabeleceu um paradigma de diferença entre o “eu” e o “outro”, explica Oliveira (2011).

A origem do racismo está ligada à classificação científica oriunda da observação das características físicas das pessoas, como cor da pele e traços morfológicos, que remonta aos séculos XVIII e XIX. Nessa época, o homem que, antes se constituía em um objeto filosófico, passou a ser um objeto científico. A biologia e a antropologia física passaram a explicar a diversidade humana, funcionando como doutrinas raciais, também chamadas de doutrinas racialistas.

Os cientistas europeus entendiam que características biológicas ou circunstâncias climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças. “[...] a pele não-branca e o clima tropical favoreceriam, desse modo, o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência”, destaca Almeida (2020, p. 29).

Neste período, o naturalista Carl Von Linné classificou a diversidade humana em quatro raças, a saber, americano, asiático, africano e europeu, sendo esta última tida como superior entre as demais. Tais “diferenças constituíram ponto de partida para a formação de diversos tipos de preconceitos, de práticas de discriminação e de construção das ideologias decorrentes”, explica Munanga (2010, p. 173).

Sob essa justificativa da superioridade europeia/da raça branca, ao longo dos anos e em vários lugares do mundo, políticas de extermínio em massa e de discriminação de raças tidas como “inferiores” foram praticadas, a exemplo do fascismo italiano e do nazismo alemão, do *apartheid* na África do Sul, do imperialismo europeu e da dominação/colonização dos continentes africano, asiático e americano.

Somente no século seguinte é que ficou demonstrado que não existiam tais determinações operadas pela raça capazes de hierarquizar as pessoas. Porém, já era tarde demais, o maior inimigo da humanidade (MUNANGA, 2010) já estava em pleno funcionamento no imaginário e nas práticas sociais, “criando uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas” (MUNANGA, 2010, p. 187).

Nos dias atuais, frequentemente, situações de racismo¹⁰ ou preconceito racial tomam os noticiários e as redes sociais em diferentes lugares do planeta. O caso mais recente e emblemático, que gerou protestos em massa mundo a fora e foi definido como um divisor de águas na luta contra o racismo pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)¹¹ foi o assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos. A partir desse crime, houve, segundo o ACNUDH, um reconhecimento mais amplo da natureza sistêmica do racismo e como ele afeta a vida de pessoas africanas e afrodescendentes e para, além disso, a urgência de se enfrentá-lo para garantir condições de vida dignas e os direitos de todos no futuro. Cabe ressaltar que

[...] o conceito de racismo sistêmico contra pessoas africanas e afrodescendentes, inclusive no que se refere ao racismo estrutural e institucional, é entendido como a operação de um sistema complexo e inter-relacionado de leis, políticas, práticas e atitudes nas instituições do Estado, no setor privado e nas estruturas sociais que, combinadas, resultam em discriminação, distinção, exclusão, restrição ou preferência, direta ou indireta, intencional ou não intencional, de jure ou de facto, com base na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica (Relatório da ACNUDH, 2021, p. 5).

Conforme o relatório do ACNUDH, o racismo e a discriminação racial contra pessoas africanas e afrodescendentes estão frequentemente enraizados em políticas e práticas baseadas na deterioração do *status* dos indivíduos na sociedade. Seu impacto é particularmente aparente, embora não limitado, a Estados com um legado ou com vínculos significativos com a escravidão, o comércio transatlântico de pessoas africanas escravizadas e/ou o colonialismo, resultando em comunidades consideráveis de pessoas afrodescendentes, como é o caso do Brasil.

2.1 O racismo à brasileira

No Brasil, por mais que não exista uma data precisa para o início da utilização do termo racismo, ao contrário de outros lugares do mundo¹², ele tem raízes profundas na história

¹⁰ De acordo com Munanga (2010), há, no século XXI, países ocidentais que praticam o racismo, com o nome de xenofobia, que é o medo dos imigrantes estrangeiros.

¹¹ Disponível em: https://acnudh.org/load/2021/07/A_HRC_47_53_E_PORT.pdf. Acesso: 12 dez. 2022.

¹² Em inglês, a palavra *racism* apareceu em 1936, a partir da necessidade de se nomear as políticas nazistas na Alemanha. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/racismo-a-palavra-nasceu-no-seculo-20/> Acesso em: 19 dez. 2022.

do país. Por essa razão, Nogueira (2017, p. 9) afirma que “não dá para falar do Brasil sem falar de racismo”. Isso porque, nas palavras do autor, “ao longo da história do país, o preconceito racial consolidou-se como uma característica definidora da nação, a qual permeia e macula todas as esferas da nossa vida social” (NOGUEIRA, 2017, p. 9).

Estima-se que aproximadamente 4,8 milhões de africanos, até a segunda metade do século XIX, foram raptados, vendidos como escravos e enviados para o Brasil, como força de trabalho. O registro do desembarque oficial deles no país data de 1530, quando começava a se destacar a produção de cana-de-açúcar.

“No decorrer dos períodos colonial e imperial, foi a escravidão que se encarregou de posicionar os negros e os brancos em mundos diferentes” (WESTIN, 2020). O que equivale a dizer que não se tratava apenas da escravização dos corpos, mas também da forma como eles eram posicionados socialmente, normalmente, marginalizados, destituídos de humanidade, vistos como objetos, o que já demonstrava o funcionamento da ideologia racista desse regime no país.

Ao todo, foram 350 anos de escravidão, com o Brasil figurando como um dos maiores territórios escravistas do mundo. O país foi o último a acabar com o tráfico negreiro e a abolir a escravidão, em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, deixando um legado de desigualdade social, exclusão, violência e racismo, tornando este uma marca histórica. “No pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte”, explica Fernandes (2018), fazendo com que os atos de preconceito e de discriminação racial tivessem continuidade no país.

Jaccoud (2008) chama a atenção para o fato de que, se no Brasil, o racismo nasce associado à escravidão, é a partir da abolição da escravatura que ele se estrutura como discurso, tendo como base as teses de inferioridade biológica dos negros e difundindo-as país a fora como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional.

Olhando para o fenômeno sob o prisma histórico, alguns estudiosos do tema consideram o pensamento racial brasileiro a partir de três (GUIMARÃES, 1995) ou quatro fases (OLIVEIRA, 2007), cujo início é marcado por essa apropriação pelo Brasil das teorias europeias que promoveram no tecido social a superioridade/hierarquização de raças, no final do século XIX. Esse é “o principal chão do pensamento racista brasileiro, àquela época” (GUIMARÃES, 1995, p. 37), o que ficou conhecido tempos mais tarde como racismo científico.

A fase intermediária, por sua vez, é representada pela consolidação do ideal de branqueamento entre 1920 e 1930, que especifica o pensamento racial no Brasil. “[...] o

branqueamento pode ser compreendido como uma ideologia racista e preconceituosa, alicerçada em atitudes e crenças de que existe um outro que foi e é tentado à submissão de padrões de comportamentos preestabelecidos como universais”, ressalta Oliveira (2011, p. 56). O discurso do branqueamento teria funcionado como uma estratégia de dominação, que ainda repercute nos dias atuais.

A partir de 1940, o Brasil assiste a emergência de “um pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no país e afirma a unidade do povo brasileiro como produto das diferentes raças e cuja convivência harmônica permitiu ao Brasil escapar dos problemas raciais observados em outros países” (JACCOUD, 2008, p. 50). É a chamada democracia racial¹³, que passou de mito a ideologia/dogma durante o regime militar no Brasil, tendo em vista que qualquer movimento contra a discriminação racial na época era tido como uma ameaça à ordem e à segurança nacional. Essa ideologia tem conotações de racismo simbólico, que se materializa, por meio de ideias como a de que o racismo não mais existe (NOGUEIRA, 2017).

[...] o termo democracia racial converte-se em uma palavra cuja função é produzir e sustentar uma ordem de mundo em que o sujeito negro e todas as ações realizadas no país para o seu apagamento sejam esquecidas. [...] O efeito disso é devastador, pois impede não só a experiência da subjetividade como também anula as possibilidades de discussões fundamentais para o banimento do racismo (GONÇALVES, 2021, p. 3).

O discurso da democracia racial vigorou hegemonicamente no país até o final dos anos 80 – uma vez que os preconceitos raciais continuaram a existir na sociedade brasileira, de forma silenciada, durante todo esse período.

Com a redemocratização do Brasil, as questões raciais voltaram a ter destaque no debate nacional, inaugurando mais uma fase na constituição do racismo à brasileira. A crítica ao racismo, conta Jaccoud (2008, p.45), “ganhou repercussão nas últimas décadas do século XX, quando a denúncia da discriminação como prática social sistemática, denunciada pelo Movimento Negro, somou-se às análises sobre as desigualdades raciais entendidas não como simples produto de acúmulos históricos no campo da pobreza e da educação, mas como reflexos dos mecanismos discriminatórios”, evidenciando a necessidade urgente de promover meios de combate a essa prática.

¹³ O termo foi utilizado pela primeira vez por Lívio Tito Castro, Evaristo de Moraes e Roger Bastide na imprensa nacional, mas impõe-se no debate nacional a partir da divulgação da obra de Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala (JACCOUD, 2008).

Foi neste período, por exemplo, que foi sancionada em 5 de janeiro de 1989, pelo então presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, a Lei nº 7.716¹⁴ que tipifica os crimes oriundos de preconceito de raça ou cor¹⁵, resultantes da prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito dessa natureza, no país. Como exemplos de tais atos, a lei traz em seus artigos situações diversas, como impedir o acesso ou recusar o atendimento em hotéis, restaurantes ou estabelecimentos comerciais em razão da raça ou cor da pessoa. Além deste, outros dispositivos legais compõem o arcabouço jurídico de combate ao racismo no país, como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Mais recentemente, no início de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.532, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão.

Segundo Gonçalves (2021, p.3), observa-se que “por ser uma prática perpassada por poderes, saberes e discursos, há um aparelhamento incessante [do racismo] que lhe confere novas faces e novas roupagens ao longo do tempo”. Sua estrutura foi forjada nos aparatos de colonização que formaram a sociedade brasileira e sendo atualizada, visando à manutenção de uma hierarquia social.

Hoje em dia, o que vigora no Brasil é a dimensão estrutural do racismo, localizado enquanto um sistema de poder e uma política de terror, que ainda tem na cor da pele o alvo e nos corpos negros os objetos de desqualificação, de desumanização.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2020, p. 50).

Em outras palavras, o discurso racista, enquanto processo político, histórico e ideológico, segue restringindo o lugar social do negro, moldando inconscientes, inclusive de pessoas negras, que ocupam a posição-sujeito racista e assim, o discurso racista vai se naturalizando com práticas sociais de discriminação motivadas pela questão racial. “[...] o racismo se atualiza, se refina, já que no bojo das práticas sociais certas relações vão se

¹⁴ A lei ficou conhecida como Lei Caó, numa referência ao seu autor, o ex-deputado Carlos Alberto de Oliveira. Jornalista, advogado e militante do movimento negro, Caó regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo e buscou mudar a Lei Afonso Arinos, de 1951, que tipificava a discriminação racial como contravenção.

¹⁵ Em 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, acrescenta à redação do artigo 1º da lei, além de preconceito de raça ou cor, etnia, religião ou procedência nacional.

construindo, permitindo outros modos de execução, solidificações e modos de enunciar que sejam atinentes a este projeto”, avalia Gonçalves (2021, p. 9).

Nessa perspectiva a memória do discurso racista se atualiza com muitos efeitos. É importante ressaltar que, ultimamente, os discursos de ódio e de preconceito racial ao negro têm encontrado na internet, em especial nas redes sociais, terreno fértil para funcionar e se reproduzir. Esse movimento é o que Trindade (2022) vai conceituar como uma espécie de “pelourinho moderno”, no qual os indivíduos interpelados pelas ideologias coloniais e da superioridade branca encontram a oportunidade para promover “chicotadas virtuais”, simbolicamente representadas pelos discursos racistas, nas redes sociais.

[...] quando as pessoas postam ou compartilham discursos de ódio nas redes sociais, elas estão simplesmente reforçando e reafirmando uma série de preconceitos arraigados em relação ao objeto de seu ataque. [...] as atitudes das pessoas no ambiente virtual não estão dissociadas do ambiente offline, de tal forma que seus valores, crenças e ideologias também são espelhados ou replicados nas redes sociais (TRINDADE, 2022, p. 78).

A disseminação de discursos racistas nessas plataformas, como explica Trindade (2022, p. 115), tem como “objeto” a ser atacado as mulheres negras, desqualificando e silenciando os avanços sociais e simbólicos delas, reforçando a estigmatização do corpo negro e reposicionando-as de volta ao lugar determinado para elas na sociedade. Mas, como aponta Cortes (2021), se as redes sociais digitais funcionam para a disseminação do discurso racista, elas também abrem espaço para a resistência, uma vez que permitem escapes e falhas, como veremos mais adiante nos gestos analíticos.

2.2 O lugar da mulher na sociedade brasileira

Se um dos pilares do discurso racista no Brasil consiste na ideia de que o negro “sabe o seu lugar” (TRINDADE, 2022), qual seria o lugar da mulher negra na sociedade brasileira? Antes de chegarmos a essa resposta, traçamos uma breve reflexão acerca do lugar social da mulher brasileira, partindo de uma perspectiva geral.

No Brasil, a trajetória histórica da mulher sofre determinações do discurso machista que estruturou desde o princípio as relações sociais no país. Historicamente, foi dito que “a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela fosse o outro do homem, aquela que não é homem” (RIBEIRO, 2019, p. 34).

Por essa razão, nos primeiros séculos de história, o lugar social da mulher foi marcado pela submissão, dominação e desvalorização frente à figura masculina. Um lugar no qual as relações hierárquicas estabelecidas com os homens resultaram em opressão de diferentes ordens, sustentada, por exemplo, por mitos.

No período colonial brasileiro, por exemplo, as regras às quais as mulheres eram submetidas “tinham a intenção de controlar os males que elas disseminariam por todas as partes, caso providências não fossem tomadas para impedir essa catástrofe” (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 257). Nem mesmo acesso à educação elas possuíam. Eram tidas como cidadãs de segunda categoria. Todo esse controle sobre a mulher era imposto pela ideologia machista em funcionamento na sociedade em geral, sobretudo aparelhado pela medicina e pelo discurso religioso.

Assim, sob determinações ideológicas, sobretudo do discurso religioso, foi sendo construído um imaginário de inferioridade para a mulher, que era orientada a casar, constituir família e ser mãe.

É somente nas últimas décadas do século XIX, como contam Muller e Bessing (2018, p.31), em razão da modernização da sociedade e da construção da cidadania dos jovens, que se identificou, por exemplo, a necessidade de proporcionar formação educacional à mulher. Esta percepção levou a implantação das primeiras escolas normais destinadas à formação de docentes de ambos os sexos, desde que estudassem em classes separadas, e marcou um dos primeiros movimentos em busca de igualdade de gênero.

Ao longo do século XX e início do XXI, as mulheres lutaram e têm lutado, em sua maioria, organizadas em movimentos feministas, por mais conquistas que afirmem e ampliem os seus direitos na sociedade brasileira. Como resultado, elas já alcançaram importantes e simbólicas conquistas, como o direito ao voto a partir de 1932 e o reconhecimento legal delas como sujeitos de direitos, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Mas, para além das conquistas femininas universais, numa sociedade regida por uma lógica de hierarquização racial, como o Brasil, é a junção entre gênero e raça que provoca uma experiência diferenciada de ser mulher negra no país. Se ser mulher na sociedade brasileira, como visto anteriormente, já tem seu peso, ser mulher negra, tem um peso dobrado. É como afirma Kilomba (2016), “uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher”. Ou seja, a noção de raça se coloca como parte constitutiva da identidade da mulher negra e da forma como ela vai vivenciar as situações específicas e será percebida pelo mundo.

O imaginário coletivo sobre a mulher negra, bem como o seu lugar social no Brasil passou a ser estabelecido com a chegada das negras escravizadas ao país em 1530. De início, elas “viviam em condições subalternas [nas senzalas das Casas Grandes em que trabalhavam com os afazeres domésticos e cuidando dos filhos das sinhás] e em constante exploração física [relacionada à intensidade do trabalho] e sexual [sendo abusadas pelos senhores de engenho, capatazes e feitores], nem mesmo as crianças negras escapavam desse processo” (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 267-268).

As mulheres negras eram lidas e descritas socialmente como seres inferiores, hipersexualizadas, ligadas ao trabalho doméstico e à servidão. Essa representação estigmatizada, desenhada na raça e no gênero, segundo Gomes, Carneiro e Madeira (2018), vai acompanhar essas mulheres no período pós-abolição. São estigmas que “[...] em diferentes espaços de socialização, determinarão a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam a construção identitária [das mulheres negras] no que se refere às percepções de si e de seu lugar na sociedade” (GOMES; CARNEIRO; MADEIRA, 2018, p. 7).

Com a abolição da escravatura, o processo de exclusão e opressão das mulheres negras passa a ser afetado também pela ótica do ideal de branqueamento da sociedade e da “convivência harmoniosa” entre negros, indígenas e brancos, conforme preconizado pela democracia racial. Neste cenário, a mulata¹⁶, que seria fruto da miscigenação em vigência no país, se tornou um símbolo nacional desse momento histórico e sua imagem manteve o estereótipo da sexualidade.

Também nesse período, uma vez que os homens negros não conseguiam lugar no mercado de trabalho frente à imigração europeia, as mulheres negras se constituíram em figuras mantenedoras das famílias, trabalhando como lavadeiras e quituteiras, por exemplo. Elas também se tornaram responsáveis por guardar e transmitir as tradições culturais afro-brasileiras, o que foi interpretado como um gesto de resistência, possibilitando “a organização e ampliação da luta contra a discriminação racial e de gênero no país” (GOMES; CARNEIRO; MADEIRA, 2018, p. 12).

Foi a partir da segunda metade dos anos 1970, que grupos de mulheres negras brasileiras começaram a militância na luta antirracista, inaugurando um novo momento da participação da mulher negra na vida social. “Conquistamos o direito de discutir as nossas

¹⁶ “Originalmente, a palavra é usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro, inferior” (KILOMBA, 2019, p. 19).

especificidades” (GONZALEZ, 2020, p. 104). De lá para cá, tem sido grandes e inúmeros os esforços para fazer com que a mulher negra saia da base da pirâmide social, desconstrua o imaginário de servidão e de estigmatização do corpo negro e se livre das amarras do silenciamento imposto pelo regime discursivo dominante que ainda persistem em seu cotidiano.

Nessa perspectiva, inclusive, e como vemos adiante, a partir das redes sociais digitais advindas da criação da internet, cada vez mais as mulheres negras brasileiras têm utilizado essas plataformas para resistir e enfrentar o racismo diário que as atravessa, rompendo com as máscaras que lhes calam ao longo dos anos.

No próximo capítulo, tratamos dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, que fundamentam essa pesquisa.

3 A ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS TRAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A Análise de Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux no final da década de 60 é constituída a partir da articulação de três campos do conhecimento, a saber: o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; e a teoria do discurso, enquanto teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Todos eles atravessados e articulados por uma teoria da subjetividade, cuja natureza é psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 164).

Segundo Orlandi (1996), a AD dá origem a outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Trata-se, como explica Indursky (2008, p.9), “de um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente”. Assim, a AD trabalha em um imbricamento entre a língua, a história e o sujeito, sendo este afetado pela ideologia. Busca-se com a Análise de Discurso “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2020, p. 13).

Nessa direção, a AD tem como objeto o discurso, definido por Pêcheux (1997) como efeito de sentidos entre interlocutores, o lugar de contato entre a língua e a ideologia. Em outras palavras, o discurso é materializado na língua que, por sua vez, é a materialidade da ideologia. “A ideologia vista assim não é um ‘conteúdo’, é uma prática, é um funcionamento discursivo. Isso quer dizer que não se atravessa a linguagem para encontrar a ideologia, na linguagem a ideologia é” (ORLANDI, 2006, p. 3). O discurso, portanto, é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém. Com isso, nos processos discursivos funcionam os efeitos de sentidos, e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172).

Conforme Pêcheux (2015), a língua, ao ser tomada em sua forma material, está sujeita à falha, constitutiva da ordem do simbólico, à ambiguidade, ao equívoco, ao deslize, pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar de seu sentido para derivar para outro” (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Assim, no âmbito teórico da AD, a linguagem não é transparente, mas tomada em sua opacidade. A análise discursiva não busca os sentidos na literalidade das palavras, dos textos, “[...] mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2020, p. 28). O processo de

significação sofre determinações ideológicas e históricas no jogo de relações dos sujeitos com as formações discursivas e com a memória.

Nessa perspectiva, os sentidos nunca são estáticos, mas estão em movimentação e deslocamentos contínuos, sob o jogo de forças da memória, considerando que um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros, e forças da ideologia, na qual o lugar de onde se fala marca o discurso com a força da locução que esse lugar sustenta, e se constituem junto aos sujeitos (ORLANDI, 2020).

Dessa forma, a análise discursiva não objetiva “transmitir informação”¹⁷, mas busca compreender as discursividades inscritas na base material da língua, pois, segundo Pêcheux (1997, p. 79), “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesmo”. O que se deve é “referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”, da tomada de posição do sujeito no discurso e dos efeitos de sentidos diversos.

É preciso enfatizar que, para Pêcheux (1995), o sujeito não é o linguístico-enunciativo, mas o sujeito do discurso, concebido juntamente aos sentidos como uma “posição” entre outras, um lugar que ele ocupa para ser sujeito do que diz. “O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem direito à exterioridade que o constitui” (ORLANDI, 2020, p. 47). Por essa razão é que os sujeitos podem ocupar diferentes posições no discurso. Ele é um sujeito construído, que não está na origem do dizer; “é um sujeito histórico, ideológico, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente” (INDURSKY, 2008, p. 10).

A constituição desse sujeito discursivo se dá por meio da interpelação ideológica, processo em que o indivíduo é convocado a ocupar uma dada posição-sujeito, a partir das relações com uma dada Formação Discursiva (FD)¹⁸, que representa na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes (PÊCHEUX, 1995); conforme Pêcheux (1995), a FD determina o que pode e deve ser dito numa dada conjuntura. Assim, como postula Pêcheux (1995), o sujeito se submete à língua significando e significando-se na história. Diante disso, Orlandi (1999, p. 11) assegura que “não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua”.

¹⁷ A análise de discurso pecheuxtiana instaura novos gestos de leitura, “se apresenta, com efeito, como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise” (PÊCHEUX, 2015, p. 8).

¹⁸ A noção de Formação Discursiva foi concebida primeiramente por Michel Foucault, na obra *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France* (1970), enquanto um conceito que se destina a descrever as relações entre os enunciados e os sistemas de dispersão de um mesmo campo discursivo e, conseqüentemente, compreender as regularidades das distintas ordens e formações discursivas.

O sujeito discursivo é efeito do jogo de relações com a forma-sujeito histórica, também nomeada como sujeito universal de uma Formação Discursiva (FD), e pode se desdobrar de acordo com as modalidades de tomada de posição – identificação, contra-identificação e desidentificação com um domínio de saber de uma FD. Assim, segundo Pêcheux (1995), ocorre a identificação quando há uma adesão do sujeito aos sentidos determinados pela FD; a contra-identificação, quando o sujeito da enunciação se contrapõe ao sujeito universal da FD, mas não rompe totalmente com ele; e a desidentificação, quando há ruptura com os sentidos de uma dada FD, e o sujeito passa a se identificar com outra.

A subjetividade, explica Orlandi (2011), vai interessar discursivamente uma vez que ela permite que se compreenda como a língua acontece no homem e se estrutura no acontecimento do discurso. “Dito de outra forma, o acontecimento significativo que é o discurso tem como lugar fundamental a subjetividade” (ORLANDI, 2011, p. 11). É esse acontecimento que permite, segundo a autora, o deslocamento da noção de indivíduo para a de sujeito, questão central para a Análise de Discurso e que nos leva a entender a razão pela qual o processo de subjetivação é compreendido em sua relação com a ideologia.

Cabe ressaltar que, de acordo o pensamento de Pêcheux (1995) a ideologia produz a dupla evidência, dos sujeitos e dos sentidos, a saber: a) pelo efeito de que somos sempre já-sujeitos, apagando a interpelação; b) pelo apagamento do caráter material dos sentidos. Ambas as evidências funcionam pelos chamados “esquecimentos”. Sobre esse ponto, Pêcheux (1995) teoriza que o sujeito discursivo se constitui pelo esquecimento ideológico, pela ilusão de ser o dono de seu dizer e de ser a fonte de origem dos sentidos, assim como pelo esquecimento enunciativo, que consiste no fato de que o que o sujeito diz só pode ser dito de uma forma.

No constructo teórico da AD, é também relevante a compreensão acerca das noções de interdiscurso e memória discursiva. Na obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, é que Pêcheux (1995) vai definir, pela primeira vez, a noção de interdiscurso que também afeta o sujeito discursivo. Essa noção está relacionada ao conceito de Formação Discursiva (FD) e é concebida como o “‘todo complexo dominante’ das formações discursivas [...], que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Ou seja, o interdiscurso é o conjunto de sentidos “já-ditos”.

Nessa perspectiva, o interdiscurso se manifesta por meio dos pré-construídos, isto é, por “algo” que é da ordem do que todo mundo sabe, e do discurso transversal, aquele que atravessa e conecta elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso, enquanto pré-

construídos (PÊCHEUX, 1995). Ainda de acordo com Pêcheux (1995, p. 164), “o pré-construído” pode ser conceituado como “o ‘sempre-já-lá’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ de seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”.

Retomando a discussão sobre a noção de interdiscurso, Orlandi (2020, p. 31) o conceitua como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Segundo a autora, ele é indispensável para compreender o funcionamento discursivo e sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Por sua vez, Indursky (2011) assevera que o interdiscurso diz respeito à memória longa. “Isto significa que tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas” (INDURSKY, 2011, p. 17).

Indursky (2011) também afirma que a memória discursiva se constitui em um recorte do interdiscurso; enquanto este abarca todos os sentidos, a memória discursiva abrange os sentidos autorizados pela forma-sujeito, os refutados e esquecidos. Nessa perspectiva, Courtine (2009) assevera que é o pré-construído que assinala o deslocamento entre o interdiscurso e o intradiscurso, tempo curto no qual a memória se atualiza. Em outras palavras, o intradiscurso faz com que uma formulação-origem retorne na atualidade, constituindo assim um efeito de memória.

Ainda de acordo o pensamento de Courtine (2009), a memória é conceituada como a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos, e que não se confunde com a memória cognitiva. Ou seja, ela deve ser vista como constitutiva do processo discursivo e não como uma memória individual. Courtine (2009) ainda acrescenta que o trabalho da memória discursiva permite a lembrança, a repetição, a refutação, como também o esquecimento, fazendo funcionar o que ele designa como efeitos de memória específicos.

É do processo de repetibilidade de um dizer que resulta a regularidade, também chamada de estabilização de determinados sentidos discursivos no âmbito de uma dada Formação Discursiva (FD). Contudo, conforme explica Indursky (2011, p. 4), “repetir, para a AD, não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora frequentemente esse tipo de repetição também ocorra”. Nas palavras de Pêcheux (1999, p. 14), “[...] a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”.

A paráfrase funciona como um retorno ao mesmo espaço de dizer, no qual proposições variadas do dizer consolidado são formuladas (ORLANDI, 2020), mesmo que haja situações e

locutores diversos. “A paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo”, reforça Orlandi (2020, p. 36).

Todavia, pode haver a desregulação que perturba a rede de “implícitos” (PÊCHEUX, 1999), a polissemia, na qual temos “deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2020, p. 34), deslizamento de sentidos.

Dessa forma, o funcionamento da memória permite a repetição de enunciados, constituindo a regularidade discursiva ou a desregulação dos implícitos. É um processo que funciona

[...] sob um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Assim, sujeito e sentido se constituem nas relações (inter)discursivas, sob os embates da memória e da ideologia, pois o sujeito se filia a uma dada rede de sentidos já ditos em funcionamento no interdiscurso, que se atualizam em cada enunciação com os distintos efeitos de memória, efeitos parafrásticos e polissêmicos.

3.1 As condições de produção – o discurso digital e seu funcionamento

Pêcheux (1997) afirma que um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas no momento da constituição do discurso. Em sentido estrito, essas condições de produção podem ser definidas como as circunstâncias imediatas da enunciação e, em sentido amplo, como o contexto sócio-histórico ideológico (ORLANDI, 2020). Orlandi (2019) argumenta que tanto o sujeito quanto a situação são tomados enquanto articulação entre o simbólico e o político. Para a autora, há uma

Projeção da situação, no discurso, através das formações imaginárias. Relação da linguagem com sua exterioridade. O que resulta na conceituação do que vem a se denominar “condições de produção”. Implicando a relação linguagem e ideologia (ORLANDI, 2019, p. 140-141).

Tal argumento aponta para a reflexão, segundo a qual, os sentidos resultam de relações atravessadas pelo sócio-histórico-ideológico. Dito isso, ratificamos que “a constituição dos discursos sofre intervenção das suas condições de produção, é preciso, dessa maneira, pensar na natureza dessas condições para compreender certa produção/constituição discursiva”

(MODESTO, 2021, p. 5). Ou seja, as condições de produção podem intervir na produção dos sentidos.

Nessa perspectiva, tendo em vista que o digital se impõe como um campo de questões para a presente pesquisa, cabe discutir as condições de produção e especificidades das materialidades digitais, aqui entendidas enquanto “o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo meio material (aplicativo, rede social, cidade etc.)” (DIAS, 2016, p. 16).

O primeiro movimento neste sentido é compreender como a relação do homem com a linguagem foi afetada pela revolução tecnológica proporcionada a partir da criação do *World Wide Web (WWW) 2.0*¹⁹, ocorrida na década de 90²⁰, que originou o ciberespaço²¹. De acordo com Lévy (1999), o ciberespaço seria um novo espaço de comunicação, de sociabilidade e de organização, que também funcionaria como um novo mercado da informação e do conhecimento.

Este argumento é apoiado por Bastos, Galli e Romão (2013, p. 95). Segundo os autores, “com a rede eletrônica [ambiente definido como interativo e permeado pelas concepções de um lugar de livre enunciação], hábitos se alteraram e novas maneiras de comunicação e informação se apresentaram e tornaram-se possíveis, incluindo possibilidades de escrita e leitura”.

Em outras palavras, o ciberespaço afetou o mundo em diversos setores, como o político, o jurídico, o educacional, o social, o ideológico e, sobretudo, o da linguagem. Como explica Dias (2004), esse ambiente digital (também designado de “virtual” ou “eletrônico” por outros autores) resignificou o sentido das relações, do estar junto, do estar no mundo, por meio da linguagem.

É a partir desse fenômeno tecnológico e histórico-social que o chamado ciberusuário, definido por Dias (2004), como o sujeito da pós-modernidade que é interpelado pelo discurso

¹⁹ Segundo Trindade (2022), até o início dos anos 90, a internet era denominada pelos autores da área de tecnologia como *web 1.0*, a chamada comunicação *one to one* (de um usuário para outro, de forma individual e restrita), ambiente tecnológico muito diferente dos dias atuais, caracterizado pela comunicação *many to many* (de muitos usuários para muitos usuários).

²⁰ Como explica Paveau (2021), a internet é entendida enquanto uma rede que conecta os computadores entre si em nível mundial e a *World Wide Web* é um serviço, uma aplicação da internet e não coincide com ela.

²¹ O termo, cunhado pela primeira vez em 1984 pelo escritor norte-americano William Gibson em seu livro de ficção científica *Neuromancer*, designaria o espaço conceitual no qual se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder, por meio da comunicação mediada por computadores e estruturada enquanto uma grande rede de conexões.

das “Novas Tecnologias da Informação e Comunicação” (NTICs) e configurado na discursividade do digital, tem a possibilidade de habitar virtualmente diversos lugares e de significar(-se) (n)a cidade a partir de novas possibilidades discursivas, afinal, o ciberespaço se trata, sobretudo, de um espaço simbólico, que produz novas relações de sentidos. Na esteira desse pensamento, Dias (2004, p. 74) afirma que “o mundo pensado a partir do virtual muda em sua discursividade, no modo de inscrição dos sujeitos e dos sentidos na história, porque os paradigmas a partir dos quais o concebemos são outros”. Assim, tal processo também afeta a constituição dos sujeitos e dos sentidos, que navegam pelas ondas da rede, pois:

Dentro das comunidades eletrônicas, por exemplo, o sujeito busca filiação a outros sujeitos-navegadores que conhece pessoalmente ou não, ou que encontra em espaços territoriais distintos na rede. [...]. O sujeito-navegador se joga em um mar de sentidos disponibilizados pela rede eletrônica (BASTOS; GALLI; ROMAO, 2013, p. 96-97).

A cada vez que é acessado, por meio dos dispositivos eletrônicos, o ciberespaço apresenta possibilidades infinitas de formulações e circulações de discursos. Apoiando essa afirmação estão os estudos realizados por Gallo (2009). Segundo a autora, “em toda situação de enunciação, novos sentidos virtuais se projetam, se multiplicam em tantas novas possibilidades” (GALLO, 2009, p. 1).

Como explica Cortes (2015, p. 28), esse espaço, que também é virtual, “[...] é, por um lado, uma ‘entidade desterritorializada’, já que não se prende ao espaço/tempo, por outro, se constitui também em um espaço/lugar de novas territorializações, uma arena de conflitos de interesses”, que tanto pode estabilizar os sentidos, como também ser um espaço de contestação e resistência ao discurso dominante.

Nas palavras de Bastos, Galli e Romao (2013), o discurso digital é plural e incontrolável, dadas as suas condições de produção. Por essa razão é que se torna impossível um “controle dos discursos” neste ambiente. “Temos páginas desconstruídas, apagadas, distintas, coexistindo em um movimento permanente e flexível” (BASTOS; GALLI; ROMAO, 2013, p. 97).

Nessa perspectiva de coexistência de diferentes sentidos, cada vez mais o ciberespaço é apropriado pelos movimentos sociais para fazer funcionar e circular os contradiscursos, como observa Mittmann (2009). “O ciberespaço se oferece aos movimentos sociais como mais um lugar de manifestação daquilo que é silenciado na grande mídia” (MITTMANN, 2009, p. 1).

Sendo assim, é importante considerar que o digital emerge no seio de uma formação social, historicamente situada, produzindo efeitos imediatos nas práticas discursivas (GRIGOLETTO, 2011). A discursividade do eletrônico, esclarece Dias (2011, p.58), “é um processo histórico e ideológico de significação da sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações históricas”.

A tecnologia interpela o indivíduo na produção desse discurso, permitindo, por exemplo, a incorporação de novos elementos icônicos e formas gráficas de comunicação (como os *gifs*, *emojis* e as *hashtags*) na formulação desse discurso, observados principalmente nas redes sociais²². Trata-se da corpografia definida por Dias (2004, 2007, 2016) como os aspectos que dizem respeito à escrita afetada pelo digital.

A corpografia é, portanto, o simulacro da voz e do corpo na escrita. É por esse gesto que a escrita se resignifica no ciberespaço para dar visibilidade a um sujeito que constrói modos de subjetivação pela/na escritura. [...] a língua formal é destituída do lugar de modelo para a escrita que se produz nesses espaços digitais, e isso ocorre em função de toda uma concepção de “Sociedade da Informação e da Comunicação”, atrelada a uma velocidade e a uma instantaneidade das relações, que se impõe a nós e que não podemos negligenciar quando se trata de pensarmos a língua/escrita em sua constituição material no espaço digital, em seu desequilíbrio, em sua “sintaxe em devir”. Do devir-língua do corpo (DIAS, 2007, p. 4-6).

Além dessa característica, os autores discorrem também sobre a circulação do discurso na rede que se dá por meio do compartilhamento, viralização, comentários, postagens, *hashtags*, memes, *links*, entre outros.

Desse modo, argumenta Silveira (2013), o ciberespaço, sobretudo, as redes sociais digitais, deve ser visto como um ambiente no qual se relacionam as linguagens política, midiática e da informática, caracterizando as condições de produção do mesmo.

[...] cada ponto ou nó dessa rede tece “relações de sentidos entre interlocutores” e, sendo assim, não podemos manter nosso olhar na superfície da estrutura e nos deter apenas no modo como as novas mídias incorporam o funcionamento das mídias tradicionais, com seu alto poder de difusão de dados e informações, nem com as incríveis possibilidades de localização, quantificação e mapeamento de cada passo realizado pelos sujeitos que enunciam nesses ambientes. Não podemos perder de vista que nessas redes de formulações há a história e a ideologia, como, há trinta anos, nos ensinou Michel Pêcheux (SILVEIRA, 2013, p. 7).

²²“Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2009, p. 6).

Por essa razão, ele é tomado como uma condição de produção político-ideológica, e o discurso no/do digital adquire uma ordem discursiva com uma materialidade própria (DIAS, 2016, 2018) que, por meio das redes sociais digitais permitem e favorecem uma intensa movimentação de embates de sujeitos e sentidos.

3.2 Percursos metodológicos: da dispersão da rede à construção do arquivo e do corpus discursivo

A Análise de Discurso apresenta um processo analítico particular, que demanda noções teóricas específicas a serem utilizadas pelo analista. Para este estudo, mobilizamos, em especial, as noções de **discurso, sentido e sujeito; condições de produção; discurso digital; formações discursivas (FD); interdiscurso e memória discursiva; silenciamento de sentidos e resistência.**

Nessa teia discursiva, também se somaram ao respaldo da análise das materialidades discursivas digitais, noções dos outros campos de conhecimento que atravessam a temática da pesquisa, como o **feminismo/feminismo negro** e o **racismo**, além de noções de **ativismo digital ou ciberativismo**²³.

A partir do aporte teórico da Análise de Discurso (AD) e de suas especificidades metodológicas, nosso primeiro movimento analítico foi a constituição do arquivo, entendido como um campo de documentos pertinentes sobre uma questão (PÊCHEUX, 2010) e não como um repositório de documentos organizados e chancelados por uma instituição ou área de conhecimento. Considera-se o arquivo, no quadro teórico da AD, do ponto de vista de sua materialidade, “aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro” (DIAS, 2015, p.973); e seu funcionamento é tomado em sua opacidade (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994). É somente por meio do batimento entre os gestos de descrição/interpretação, de forma complexa, que podemos mergulhar na materialidade dos sentidos.

Pêcheux (2010) afirma que existem gestos de leitura diferentes e contraditórios na constituição do arquivo e, por essa razão, ele se configura enquanto um espaço polêmico das formas de leitura “[...] uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo

²³ Segundo Ugarte (2008, p. 55), o ciberativismo pode ser definido como “toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do boca a boca multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal”.

com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2010, p. 59).

Elucidadas essas questões, para a coleta inicial dos dados aqui analisados, utilizamos o recurso do *print screen* [captura de tela] para a construção do arquivo que, no digital, como alerta Dias (2015) não deve ser tomado enquanto o resultado da busca no ciberespaço, uma vez que esse resultado nada mais é do que dados numa relação algorítmica. Ao contrário, devemos estar atentos às correspondências que tais “dados” geram em nós, o que já ocorre a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho de arquivo, caracterizando a sua materialidade, ou seja, “a materialidade do ciberespaço é constituída do enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido. Não é apreensível senão pela historicidade dessas relações, pela deriva do sujeito e do sentido” (DIAS, 2004, p. 57).

Há ainda outras características próprias dos arquivos digitais, materiais produzidos na e para a internet (PAVEAU, 2021), a serem observadas, a saber: a) temporalidade, uma vez que o tempo do digital é o de acesso e da circulação, com isso, um arquivo digital é sempre atual, ou melhor, passível de atualização pelo acesso; b) instabilidade do arquivo, que diz respeito a quando sites, textos, blogs, vídeos, etc. sofrem atualização ou ficam indisponíveis para acesso; c) dimensão e heterogeneidade, que corresponde à quantidade infinita de textos existentes na rede; d) autoria, isto é, materiais que não têm um “nome de autor”/chancela institucional são descartados em razão da legitimidade do arquivo; e) leitura dispersiva, ou seja, a leitura se desloca do fio temporal linear passando a predominar a ordem espacial, na qual se impõe a visualidade. Segundo Dias (2015), para lidar com a dispersão, é preciso considerar que a relação com o arquivo já é determinada previamente por uma questão de pesquisa, o que por si só proporciona uma configuração na direção da constituição do *corpus*, “que resulta de um trabalho de leitura de arquivo, cujo nó central é a relação entre língua e exterioridade” (PÊCHEUX, 2010, p. 58).

As materialidades discursivas que constituem o *corpus* discursivo dessa pesquisa foram coletadas na rede social *Instagram*²⁴, mais especificamente de páginas de mulheres negras brasileiras nessa rede, onde pudemos observar a circulação de variados embates e posições-sujeito acerca do discurso racista. Buscamos materialidades que respondiam a questão de pesquisa, inicialmente, em alguns dos principais perfis de ativistas negras brasileiras.

²⁴ Todos os perfis são públicos. Ou seja, aqueles a que qualquer usuário, mesmo desconhecido, pode ter acesso e seguir tal perfil.

Em meio à leitura dispersiva dos arquivos digitais (DIAS, 2015), inscritos nesses primeiros perfis, bem como naqueles voltados às questões raciais, chegamos a outros perfis de ativistas negras brasileiras que também ocupam a rede social Instagram com discursos antirracistas.

Além disso, para a coleta do *corpus* também elegemos como recurso para identificação das materialidades discursivas alguns temas relevantes e as principais datas comemorativas ligadas às questões raciais no Brasil, como o racismo reverso, o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho) e o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial (03 de julho). Para tanto, utilizamos o mecanismo de busca da própria rede. Também empreendemos nossos gestos de leitura sobre perfis que praticam o letramento racial ou o jornalismo especializado na temática racial do Brasil.

Sendo assim, após a construção do arquivo, a partir da dispersão da rede, identificamos e selecionamos dez Sequências Discursivas (SDs)²⁵, que compõem o *corpus* da pesquisa, para os nossos gestos de análise. Estas sequências estão distribuídas em dois recortes (ver quadro abaixo). A noção de recorte é definida como um fragmento desta sequência e, conseqüentemente, uma unidade discursiva (ORLANDI, 1984).

Quadro 1 – Recorte e Sequências Discursivas (SDs)

Quadro explicativo sobre a constituição do <i>corpus</i> discursivo	
Recorte I	SDs 1 a 6
Recorte II	SDs 7 a 10
Total de SDs analisadas: 10	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Para os gestos de interpretação e análise das SDs, adotamos o batimento na tensão descrição/interpretação (PÊCHEUX, 2015). Convém ressaltar que o percurso metodológico no escopo da AD não é linear, pois “a linearidade não existe nesse processo, como também o início e o fechamento é apenas um efeito” (CORTES, 2015, p.93).

²⁵ Forma de organização do *corpus* discursivo na Análise de Discurso, podendo ser sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo (COURTINE, 2009).

3.2.1 A rede social Instagram – um campo de discursividades

Enquanto uma rede social e um espaço discursivo em que os acontecimentos são “atualizados” a todo instante, o *Instagram* permite, de acordo com as condições de produção dos sujeitos, o compartilhamento de fotos e vídeos que significam pela atualização da memória discursiva. “É um espaço de discursividade com características próprias, com especificidades que não estão presentes em práticas discursivas que acontecem fora da rede” (GRIGOLETTO, 2011, p. 52).

Entre as especificidades técnicas próprias da rede social *Instagram* estão as postagens com delimitação de, no máximo, 2.200 caracteres e as várias maneiras de interações próprias do digital, como “seguir”²⁶ um perfil para receber as atualizações do mesmo em sua linha do tempo (página em que o usuário tem acesso às atualizações e postagens dos perfis que ele segue), visualizar e comentar os conteúdos produzidos por outras pessoas desde que seus perfis sejam abertos.

Tecnicamente, a linha do tempo do sujeito seria organizada pelo algoritmo, sequências que tratam das informações na internet, hierarquizando-as, conforme os interesses do internauta. Porém, este é um efeito da transparência da linguagem, visto que as redes sociais digitais sofrem determinações dos interesses capitalistas e, assim, a rede segue a lógica de defesa dos interesses financeiros. Ademais, as formações ideológicas trabalham incessantemente, no processo de interpelação ideológica dos usuários das redes, buscando estabilizar os sentidos. Mas a rede também pode ser o espaço do equívoco e instaurar a polissemia (RENNÓ, 2020).

Diante do exposto, como aponta Mittmann (2011, p. 124), a internet “não pode ser concebida como simples repositório, deve ser observada em seus inconstantes e descontínuos movimentos”. A rede torna possível a tensão das discursividades, se constitui em um espaço de linguagem do simbólico e do político, uma rede de dizeres, de retomadas, de rupturas e deslizamentos no processo de significação, e também de gestos de resistência.

Feitas essas considerações, passemos ao próximo capítulo, no qual apresentamos os resultados dos nossos movimentos de análise. Nele, discorreremos sobre algumas noções mais específicas da AD, mobilizadas para as análises das sequências discursivas coletadas, conforme descrito em nosso percurso metodológico.

²⁶ Segundo Rennó (2020), o Instagram tem como especificidade denominar os sujeitos que utilizam o aplicativo como “seguidores” de perfis e não “amigos” como em outras redes.

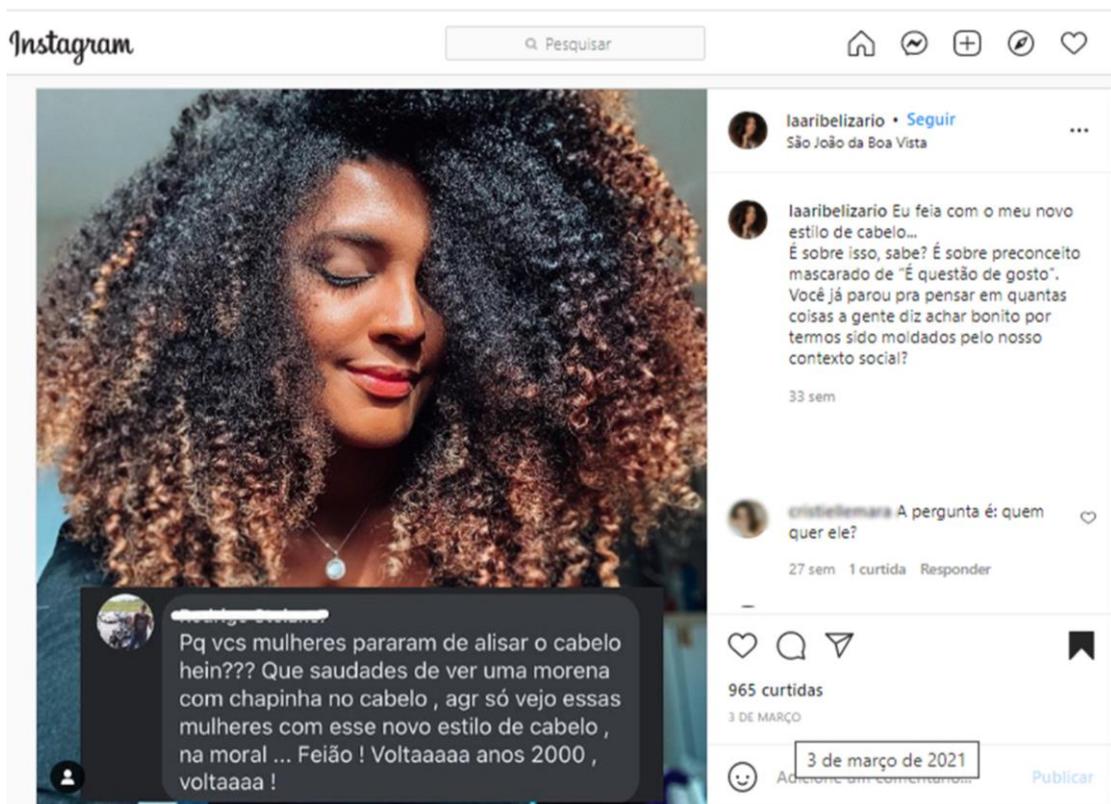
4 PRIMEIROS GESTOS ANALÍTICOS – MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DISCURSIVA EM/NA REDE

Neste capítulo, apresentamos os gestos analíticos sobre o nosso primeiro recorte de Sequências Discursivas (SDs). As materialidades correspondem a publicações postadas no *feed*²⁷ de alguns perfis de ativistas negras brasileiras na rede social *Instagram*.

Recorte I – Sequências Discursivas (SDs) 1 a 6

Com base nas discussões dos capítulos anteriores, iniciamos os nossos gestos de análise com a primeira Sequência Discursiva (SD1), constituída a partir de uma publicação no perfil da influenciadora digital negra Larissa Belizário (Figura 1), por ocasião de um comentário pejorativo e racista feito por um internauta ao “novo estilo de cabelo” da influenciadora, mostrado em um dos posts de seu perfil na rede social *Instagram*.

Figura 1 – SD1: Perfil no *Instagram* “Laari Belizario”



Fonte: *Instagram* “Laari Belizario”. Acesso em: 06 mar. 2021.

²⁷ O *feed* é um dos espaços reservados na estrutura da rede social para o compartilhamento do conteúdo.

Tal Sequência Discursiva (SD1) se constitui de uma foto da influenciadora, com destaques para o seu cabelo, além do seguinte comentário: **“Pq vcs mulheres pararam de alisar o cabelo hein??? Que saudades de ver uma morena com chapinha no cabelo, agr só vejo essas mulheres com esse novo estilo de cabelo, na moral... Feiã! Volta anos 2000, voltaaaa!”**.

Na legenda da publicação, a ativista capilar afirma: **“Eu feia com o meu novo estilo de cabelo... É sobre isso, sabe? É sobre preconceito mascarado de ‘É questão de gosto’. Você já parou pra pensar em quantas coisas a gente diz achar bonito por termos sido moldados pelo nosso contexto social?”**.

Dias antes à publicação ora analisada, a influenciadora, que compartilha com os internautas dicas acerca do cabelo crespo/cacheado em seu perfil na rede social *Instagram*, havia feito outra postagem na mesma rede na qual discursivizava o seu processo de transição capilar²⁸ iniciado em 2014, como uma tarefa difícil pelo medo da não aceitação pela sociedade ao seu cabelo natural e pelos questionamentos recebidos por não seguir o padrão do cabelo alisado.

Como já assinalado, a postagem da influenciadora se constitui da sua própria imagem, que salienta o seu cabelo crespo (SD1). Lembramos, com base em Pêcheux (1999), que a imagem é atravessada e constituída por discursos e funciona como operadora de memória. Assim, o cabelo crespo/cacheado, ressaltado na imagem, muito mais do que um traço estético, se constitui como um traço de memória da identidade negra. Ele produz sentidos de consciência racial e de descolonização do corpo negro, provocando uma ruptura na memória discursiva dominante, afinal, como nos lembra Pêcheux (2015, p. 56), “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”. Desse modo, com esta publicação, novas formulações, neste caso de pertencimento racial, passam a circular na rede social *Instagram*, produzindo novos efeitos de sentidos.

No Brasil, a estética negra e a estrutura do cabelo crespo/cacheado sofrem ataques racistas há anos. Ou seja, estes sentidos de depreciação do cabelo crespo/cacheado que, por vezes, é interpretado socialmente como diferente, exótico, feio, sujo e inapropriado para determinados espaços, principalmente, os profissionais, já funcionam no interdiscurso. Da infância à fase adulta, a mulher negra vive em constante conflito para existir com seu

²⁸ Processo de eliminação de toda a química que existe no cabelo após anos de alisamentos, relaxamentos, progressivas e afins. Disponível em: <https://glamour.globo.com/beleza/cabelo/noticia/2020/11/transicao-capilar-te-contamos-o-que-e-quem-fez-e-quais-produtos-usar.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2022.

pertencimento racial (QUEIROZ, 2019), sendo alvo recorrente de comentários pejorativos, propagandas e piadas racistas (MOREIRA, 2018).

Segundo Cortes (2021, p. 278), “o dito cabelo de bombril²⁹, por exemplo, é um pré-construído de sentidos pejorativos para os cabelos crespos, também discursivizados historicamente como cabelos ruins”. Assim, por serem cabelos “ruins”, são rejeitados, pois não se encaixam na estética padronizada. Considerada uma parte fenotípica do antepassado africano, o cabelo crespo seria um dos motivos de exclusão dos negros e negras na sociedade (SANTOS, 2019). Isso porque, como aponta Oliveira (2011), o cabelo no Brasil está associado a uma simbologia de *status* social.

Dessa forma, os discursos inscritos na SD1 materializam uma tensão discursiva, uma zona de tensão (GOMES, 2003), entre os padrões de beleza corporal real (do negro) e ideal (do branco). Segundo o autor, o tratamento dado ao cabelo é uma das maneiras de expressar essa tensão. “A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos” (GOMES, 2003, p. 3).

Se, como defende Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência”, sendo preciso “ousar se revoltar”, constata-se que a fala da ativista capilar, a partir do sarcasmo – que é um modo de funcionamento da ironia no campo da Análise de Discurso (BENETTI, 2007) –, materializa o discurso de resistência ao discurso racista e de estigmatização do corpo negro, em especial, do cabelo crespo/cacheado. De acordo com Benetti (2007), o sarcasmo é sempre um deboche altamente crítico.

Desse modo, ao ironizar a sua própria imagem, com o dito “**eu feia com o meu novo estilo de cabelo...**”, a ativista recorre ao sarcasmo enquanto estratégia discursiva para expor a ideologia racista presente no comentário do internauta e por meio da qual a estética negra sempre foi discursivizada negativamente.

A ativista ocupa ainda uma posição-sujeito de confronto e resistência discursiva, ao desconstruir o discurso racista, como vimos no dito da SD1 “**preconceito mascarado**” em um já-dito “**é questão de gosto**”. Segundo Queiroz (2019), esse ativismo capilar, enquanto uma ação política de resistência, ressignifica positivamente a identidade negra, uma vez que, no Brasil, o cabelo pode ser considerado um marcador étnico fundamental (SANSONE, 2007).

Já no comentário do leitor, na parte inferior da imagem (SD1), os ditos “**pq vcs mulheres pararam de alisar o cabelo hein???**” e “**saudades de ver uma morena com**

²⁹ Em alusão a uma esponja de aço denominada “bombril”, bastante conhecida no Brasil.

chapinha no cabelo” atualizam a memória do discurso racista com efeitos parafrásticos, pois a formulação retoma o mesmo dizer já estabilizado na memória (ORLANDI, 2020). Ou seja, alguns sentidos se mantêm nestes dizeres. Desse modo, é possível afirmar que o internauta é afetado pela memória do discurso racista e pela ideologia do branqueamento, e assim ocupa a posição-sujeito de rejeição à identidade negra, ao não tolerar o cabelo crespo, um dos elementos dessa identidade.

A ideologia do branqueamento teve seu ápice no século XIX e meados do século XX, sendo conduzida pela elite brasileira, com a premissa de que era necessário embranquecer o país, por meio de medidas, como o apagamento dos traços considerados repulsivos da negritude, uma vez que ser negro era considerado ruim (DALTRO, 2019).

A adjetivação **“feião”** produz efeito de ridicularização à estética negra e quando somada ao dito **“saudades de ver uma morena com chapinha no cabelo”** e ao já-dito sobre o cabelo crespo pode ser parafraseado por “cabelo bonito é cabelo alisado”, um dito que se filia à estética do branqueamento.

No discurso inscrito no comentário do internauta temos também sentidos de defesa da **“volta dos anos 2000”**, ou seja, pede-se a volta do cabelo “alisado”, que seria o cabelo “normal” e “aceitável” na sociedade, materializando assim o funcionamento do efeito parafrástico de sentidos da ditadura estética branca. Na SD1, as formulações retomam discursos vigentes³⁰ num período no qual estava em auge no Brasil o processo de branqueamento da população.

Ainda no comentário do internauta, observamos a utilização do verbete **“morena”**, que historiciza designações de cunho racial, como salienta Modesto (2021). A utilização de “morena”, em substituição à palavra “negra”, busca atenuar ou contornar qualquer tipo de diferença que caracterize uma tensão racial, uma vez que, persiste no imaginário coletivo a crença de que chamar alguém de negro(a) no Brasil é ofensivo. O verbete “morena” seria uma espécie de termo neutro, que negaria/apagaria a visível identidade racial da ativista.

Dessa forma, o internauta na SD1, ao ser interpelado ideologicamente, se identifica com sentidos determinados pela FD racista e ocupa a posição-sujeito de defesa ao padrão do branqueamento. Por meio do seu comentário, ele atualiza já-ditos racistas e instaura o silenciamento identitário, uma vez que o corpo e o cabelo são expressões da identidade negra (GOMES, 2003). Por conseguinte, ao rejeitar a expressão dos traços raciais afro, funciona o

³⁰ Nos anos 2000, o mercado de cosméticos investia em produtos para o alisamento dos cabelos das mulheres, processo feito apenas com escovas ou com processos químicos que, por vezes, causavam danos à saúde delas, por terem substâncias tóxicas ao corpo humano.

efeito discursivo do ódio ao cabelo crespo e ao negro, pois “esse ódio não se aplica somente ao cabelo, mas ódio ao negro, à negritude” (CORTES, 2021, p. 278).

Todavia, a resistência, percebida como um processo que está na contradição própria das falhas no ritual do/no processo de interpelação ideológica e que imbrica dominantes e dominados (PÊCHEUX, 1990), funciona no discurso pela posição-sujeito ativista assumida pela influenciadora digital. Ela irrompe contra a dominação, contra os sentidos logicamente estabilizados, ao “não ‘escutar’ as ordens” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). É por essa razão que a resistência deve ser observada enquanto um processo subjetivo de ordem ideológica e não como um gesto voluntarista (MODESTO, 2019a).

A seguir, apresentamos os nossos gestos analíticos, a partir da segunda Sequência Discursiva (SD2), constituída da Figura 2 e Figura 3.

Figura 2 – SD2: Perfil no *Instagram* “Lu Daltro”



Fonte: *Instagram* “Lu Daltro”. Acesso em: 26 out. 2021.

Figura 3 – SD2: Perfil no *Instagram* “Lu Daltro”



Fonte: *Instagram* “Lu Daltro”. Acesso em: 26 out. 2021.

As figuras 2 e 3 (SD2) foram coletadas do perfil no *Instagram* da influenciadora digital negra Lu Daltro, que ocupa esse espaço digital para a resistência ao discurso dominante, com o discurso antirracista e interseccional para tornar a pauta racial acessível. A postagem, no estilo carrossel³¹, foi publicada em 12 de outubro de 2021, no contexto do Dia das Crianças, celebrado na mesma data.

Na figura 2, a influenciadora destaca a frase **“Pelo direito das crianças negras sonharem”**.

Já a figura 3 é constituída pelo dito **“Sonhar. Que podem acreditar que serão quem quiserem ser”**, com a imagem de uma cena do curta *Cores e Botas*³².

Na legenda da figura 3, temos o seguinte:

³¹ Carrossel (ou sequência) é um formato de publicação lançado em 2017 pela rede social *Instagram*, que permite que o usuário poste mais de uma imagem de uma única vez. Disponível em: <https://postgrain.com/blog/post-carrossel-no-instagram-ideias-de-conteudo/> Acesso em: 08 mar. 2022.

³² Dirigido e roteirizado pela cineasta Juliana Vicente, com base em sua experiência pessoal, o curta-metragem brasileiro de ficção *Cores e Botas* (2010) conta a história de Joana que tem um sonho comum a muitas meninas dos anos 80: ser paqueta. Sua família é bem sucedida e a apoia em seu sonho. Porém, Joana é negra, e nunca se viu uma paqueta negra no programa da Xuxa. O curta está disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=L18EYEGyU0o>.

A possibilidade de sonhar e acreditar que é possível sair da realidade social, na qual nos encontramos e viver num mundo, onde não precisamos nos preocupar com as condições sociais e raciais impostas na sociedade, se chegaremos em casa vivos e/ou se não nos faltará o que comer. Essa é a vida de milhões de jovens que moram em bairros periféricos das cidades brasileiras. Por isso, questiono, como sonhar enfrentando estes obstáculos? Como achar que uma criança ou jovem que vive esta realidade está se vitimizando? A análise feita interseccionalmente demonstra ainda mais as arestas abertas nesta sociedade. Classe, raça e gênero precisam ser vistos em intersecção, pois somente desta maneira, conseguiremos entender a realidade que aflige cada indivíduo no sistema social. Por isso, desejo que nesse dia, tenhamos mais possibilidades de fazer as nossas crianças sonharem. #diadascrianças #raça #racismo (SD2).

Numa sociedade esteticamente regida pela ideologia do ideal de branqueamento, os traços fenotípicos da mulher negra brasileira, sejam eles a própria cor da pele ou o cabelo crespo/cacheado, não encontraram, durante muito tempo, espaço nos diversos setores da sociedade, entre eles, a mídia hegemônica. A mulher negra não se via representada nos meios de comunicação e raramente aparecia na mídia televisiva. Afinal, como apontam Lahni, Alvarenga, Pelegrini e Pereira (2007), na mídia, o(a) negro(a) não ficou muito diferente da sua realidade social: à margem da sociedade desde a abolição da escravatura, marginalizado(a) nas favelas com acesso precário ao estudo e emprego, convivendo com a insegurança alimentar, sendo o principal alvo da violência armada, conforme denunciado na legenda da SD2, bem como sem ser representado(a) na mídia.

Um dos principais símbolos desse ideal de branqueamento e, conseqüentemente, da falta de representatividade da mulher negra na mídia brasileira, foi o programa televisivo infantil dos anos 80, intitulado *Xou da Xuxa*, o qual, conforme Carvalho (2015), possuía uma fórmula exitosa para atrair a audiência das crianças, com cenário colorido e iluminado, disputas entre meninas e meninos, premiação em brinquedo e *merchandising* de marcas ligadas ao universo infantil. Já a apresentadora Xuxa, esteticamente, materializava o padrão de beleza imposto pela ideologia do branqueamento: “loira, de pele clara, vestida com roupas curtas e extraordinárias” (CARVALHO, 2015, p. 2).

Somada a essas características, Xuxa sempre era acompanhada por um grupo de jovens mulheres também loiras, magras e de cabelo liso, que se assemelhavam a ela, as chamadas paquitas. Essa posição de assistente de palco da chamada rainha dos baixinhos era considerada a profissão dos sonhos para muitas meninas brasileiras neste período. De acordo com Franca (2015), uma geração teve as paquitas como referência de padrão de beleza e sucesso.

Entretanto, como o padrão estético das assistentes era bem definido, poder se tornar paqueta não era a realidade para as crianças negras que não “estariam aptas” a assumir aquele lugar. Ou seja, no discurso do padrão de beleza exigido para ser paqueta, observamos o funcionamento do não-dito do racismo. Cabe esclarecer que o não-dito para a Análise de Discurso diz respeito aos sentidos silenciados dentro do discurso (ORLANDI, 2007). De acordo com a autora, o silêncio, na AD, não é transparente, ele é tomado em sua opacidade, sendo, por isso, significativo, e é ao questionar a evidência dos sentidos, que buscamos estes sentidos silenciados. Ainda sobre os sentidos não-ditos, Grigoletto (2010) assegura que para identificá-los é necessário mobilizar a noção de historicidade, ou seja, as relações com a história e com a memória, com outros textos e os discursos que o constituem produzindo efeitos de sentido por e para sujeitos.

Esclarecido esse ponto, o não-dito do racismo em funcionamento no programa *Xou da Xuxa* se referia a representatividade seletiva que o mesmo possuía e a certa hierarquização no programa – o povo miscigenado ficava na plateia, enquanto que no palco ficava a rainha e sua corte, ambas com sua descendência europeia (CARVALHO, 2015). Tais características, como aponta Guena (2009), serviam para sedimentar o lugar determinado para o negro na sociedade:

[...] programas como o da Xuxa, nos quais apresentadoras brancas, auxiliadas por crianças brancas e tendo como pano de fundo crianças afrodescendentes, podem reforçar estereótipos do negro como parte de nossa sociedade, porém no campo da cultura, contribuindo na dança e no samba, e não como pessoa capaz de assumir e galgar postos ocupados predominantemente pela classe dominante branca no Brasil (GUENA, 2009, p. 112).

Retornando à discussão sobre a noção de silêncio para a AD, é preciso destacar que, para Orlandi (2007, p. 59), o silêncio constitui a memória, pois “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não-ditos, de sentidos a não dizer de silêncios e silenciamentos”. Todavia, como a memória é dinâmica e funciona sob um jogo de forças (PÊCHEUX, 1999), a memória do *Xou da Xuxa* vai se atualizar no discurso inscrito na Figura 3 (SD2), por meio da imagem de uma cena do curta *Cores e Botas*, com efeitos de polissemia, ou seja, de ruptura do processo de significação (ORLANDI, 2020), pois instaura a desregulação da memória (PÊCHEUX, 1999) já que o discurso do curta funciona com uma posição-sujeito de denúncia ao silenciamento da mídia televisiva, em especial, no programa

Xou da Xuxa, cujo discurso se filia à FD racista, pois excluía as crianças negras, por não serem “aptas” a ocupar o lugar de paquita.

No vídeo *Cores e Botas*, cuja cena está reinscrita na SD2 (Figura 3), por exemplo, a menina Joana, protagonista do curta, tenta mudar o cabelo, pintando-o com papel crepom amarelo, para se enquadrar ao “padrão”, pois este não reconhece características ou referências negras no programa. Além disso, “o desejo e a atitude de Joana em tentar ser paquita era visto com desdém, deboche, algo anormal” pelas outras crianças – todas brancas – que também se candidataram à vaga (CAMARA, 2021). Tanto as colegas de escola de Joana quanto as avaliadoras que selecionavam as paquitas no curta “enxergavam a pessoa branca como um padrão social e quem fugia desta norma era excluído” (CAMARA, 2021). Uma das avaliadoras, inclusive, questiona se Joana seria uma “paquita exótica”, um dos inúmeros sentidos negativo-pejorativos atribuídos à estética negra e que funciona no imaginário social.

Muitas crianças negras na época se culpavam por não serem escolhidas, traço que, segundo Franca (2015), só aumentava a perversidade do racismo em relação às mulheres negras, em especial, às crianças negras, que se deparavam com uma situação de discriminação e segregação na mídia hegemônica.

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, intitulado *O impacto do racismo na infância*³³, qualquer criança ao conviver em uma realidade de desigualdade e de discriminação tem a ilusão de que negros, brancos e indígenas devem ocupar necessariamente lugares diferentes na sociedade. Seja diante da TV, nas escolas, ou em histórias infantis, as crianças vão se desenvolvendo com imagens retorcidas de papéis e lugares segundo a cor de pele ou aparências.

Considerando, como aponta Carvalho (2015, p. 5), que “a visibilidade seletiva dos meios de comunicação e a representatividade social na mídia acaba tendo um efeito doutrinário sobre o público, indicando tacitamente o lugar de cada indivíduo na sociedade”, o discurso inscrito na imagem de uma cena do curta *Cores e Botas* (Figura 3 - SD2) questiona os lugares sociais historicamente ocupados pela mulher negra e os sentidos da Formação Discursiva racista em funcionamento, especialmente nas mídias televisivas, entre meados dos anos 80 até início dos anos 90, período em que a programação infantil na TV brasileira foi usada para sedimentar a ideologia do branqueamento racial, tendo como principal referência a Xuxa.

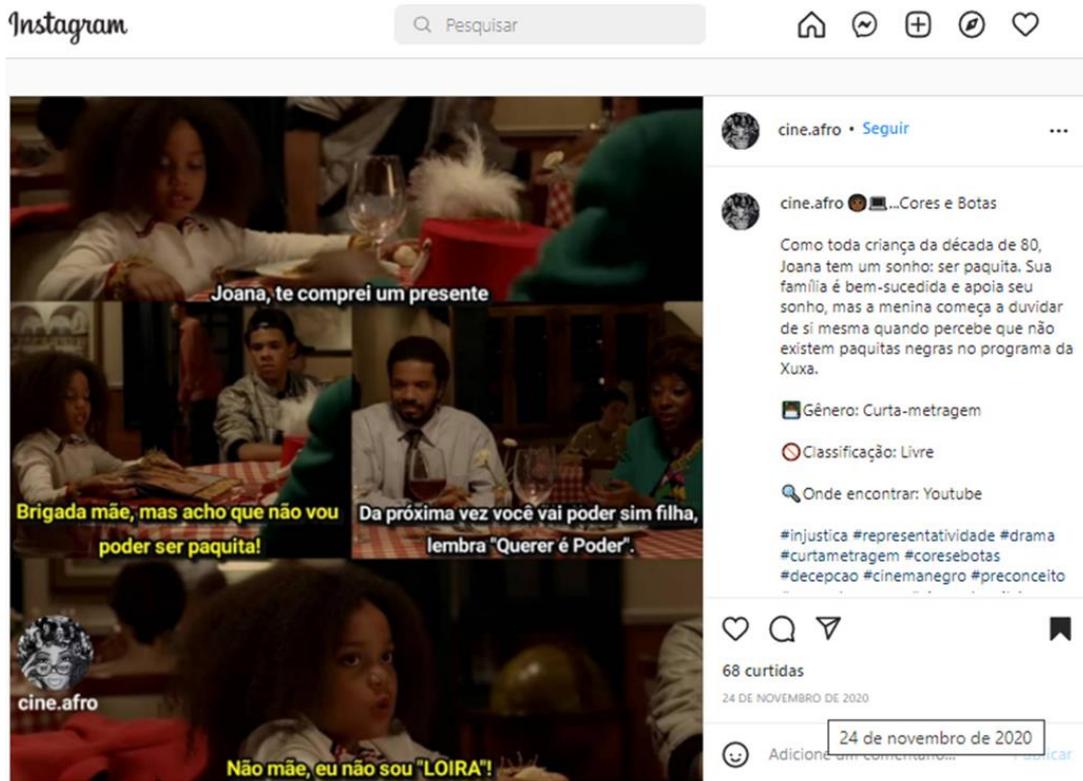
³³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/o-impacto-do-racismo-na-infancia>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Dessa forma, o discurso inscrito na SD2 funciona com sentidos de confronto à falta de referência estética negra no discurso televisivo, em especial pelos sentidos de exclusão às crianças negras, na época mencionada, e assim, desestabiliza a memória discursiva e produz efeito de resistência, entendida aqui como uma possibilidade de deslocamento construído no próprio seio da dominação (MODESTO, 2019a).

Nesse caso, essa memória em funcionamento na TV brasileira é atualizada - com efeitos de confronto e resistência ao discurso racista que impôs/impõe discriminação e rejeição às crianças e mulheres negras - primeiramente no curta *Cores e Botas*, como já mencionado, e posteriormente, é retomada na rede social *Instagram*. Segundo Pêcheux (2015), o acontecimento discursivo se dá no ponto de atualização de uma memória, portanto, é possível observar que as redes sociais se constituem como um espaço no qual os acontecimentos discursivos se instauram a todo instante, um espaço de movimentos da memória discursiva, a exemplo do *Instagram*, que permite em suas condições de produção e de circulação, o compartilhamento de discursos diversos materializados em múltiplas linguagens, como fotos, dizeres e vídeos, e assim movimentam os sentidos, os sujeitos e os efeitos da memória.

A falta de representatividade da mulher negra brasileira, em especial, no programa *Xou da Xuxa* será abordada também nas duas Sequências Discursivas (SDs) a seguir, SD3 e SD4.

Figura 4 – SD3: Perfil no *Instagram* “Cine Afro”



Fonte: *Instagram* “Cine Afro”. Acesso em: 09 jun. 2021.

A SD3 é constituída de um fotograma³⁴ de umas das cenas do curta *Cores e Botas* que, como mencionado anteriormente, conta a história de Joana, uma menina negra de família de classe média bem-sucedida, cujo sonho é ser paqueta da Xuxa, e, para realizar esse desejo, participa de um concurso na escola. Porém, sem reconhecer o racismo que a filha sofre durante o processo seletivo, seus pais, interpelados pela ideologia meritocrática, acreditavam que apenas mediante o esforço próprio, Joana poderia atingir o seu objetivo.

Na imagem, que reproduz algumas falas dos personagens, é possível ler a formulação: **“Da próxima vez, você vai poder sim filha, lembra: ‘Querer é poder’”**. Esse dito, que também está materializado na música que compõe a trilha sonora do filme, denominada *Lua de Cristal*³⁵ e gravada pela apresentadora Xuxa Meneghel, se filia ao discurso meritocrático,

³⁴ “Fotograma é uma forma visual estabilizada mediante um procedimento de “suspensão” momentânea do movimento; um fragmento que emerge da materialidade em movimento por um gesto de leitura que, convocado por algum detalhe, põe nele sua mirada. O gesto produz o fotograma, que contém marcas de sua historicidade e traços de seu devir. Não se trata, então, de um corte sincrônico, mas da trama histórica funcionando” (MEDEIROS; GLOZMAN, 2019, p. 11).

³⁵ Percebe-se, na música, o discurso meritocrático funcionando nos ditos “O sonho sempre vem pra quem sonhar” ou “Tudo pode ser, só basta acreditar”.

segundo o qual se vence por seus próprios méritos. A meritocracia³⁶ defende que as pessoas conquistem seus objetivos a partir do esforço pessoal, independente de questões interseccionais, como classe, raça e gênero.

Conforme o desenrolar do curta, no entanto, observamos que, embora tenha se esforçado muito, conheça todas as músicas e coreografias e tenha sido muito bem sucedida no teste, com a melhor performance entre as demais concorrentes – todas brancas –, Joana não foi selecionada. Afinal, a despeito do conselho do pai na sequência do diálogo representado no fotograma no qual ele afirma que Joana “poderia ser o que quisesse”, bastava ela “trabalhar duro” e “ter sorte”, nunca se viu, na televisão brasileira, uma paqueta negra como assistente da rainha dos baixinhos no programa *Xou da Xuxa*. A reprovação dela já estava definida muito antes do teste, em razão das determinações ideológicas e históricas do discurso racista que atravessam os corpos negros. Podemos inclusive observar que o sentido de injustiça pelo fato de Joana não ter conquistado a vaga apenas por não se enquadrar no padrão estabelecido é reforçado pelas *hashtags*³⁷ **#injustiça** e **#preconceito**, em funcionamento da legenda da SD3.

As *hashtags*, na perspectiva teórica da análise discursiva, são tomadas como um elemento importante do discurso digital, que operam no sentido de reunir discursos e estão no centro das polêmicas que circulam em grande parte do ciberespaço, “podendo inclusive funcionar como um dos instrumentos das práticas políticas no contexto das mídias sociais digitais” (SILVEIRA, 2015, p. 66).

Araújo (2021, p. 98) acrescenta que “entre os funcionamentos observados deste recurso digital, estão a agregação de notícias sobre um tema, tomadas de posição e a instauração de efeitos metafóricos”. Já Lima (2017, p.14) afirma que “a *hashtag* representa uma inovação quando o assunto é linguagem. Presente em espaços discursivos de todas as naturezas, ela tem a força discursiva de impulsionar um discurso, de potencializar ideologias”. Em seu trabalho, inclusive, Lima (2017, p. 48) conceitua como *hashtags* polêmicas, aquelas relacionadas ao tema racismo, uma vez que elas “tratam de temas causadores de polêmica na sociedade, ocasionando, por vezes, situações de confronto, violência e humilhação”.

³⁶ O termo cunhado pela primeira vez, em 1958, pelo escritor e sociólogo, Michael Dunlop Young, em seu romance *The Rise of Meritocracy*.

³⁷ Uma *hashtag*, de acordo com Silveira (2013), é criada no ambiente virtual quando o símbolo # (*hash*, em inglês) é associado (sem espaço) a uma palavra, formando uma *tag* (etiqueta), e pode ser utilizada em qualquer lugar do texto (início, meio ou fim). O objetivo é melhorar as possibilidades de criar grupos de pessoas em torno de um tema ou assunto determinado nas redes sociais, bem como facilitar a busca sobre esse assunto. Inicialmente, ela foi utilizada no Twitter e hoje é utilizada em praticamente todas as redes sociais.

Desse modo, as *hashtags* **#injustiça** e **#preconceito** produzem sentidos de resistência ao discurso racista inscrito na memória discursiva do processo seletivo das paquitas, bem como produzem efeitos de denúncia sobre a injustiça sofrida por Joana no resultado da seleção, excluída somente por ser uma menina negra.

Voltando nosso olhar para o fotograma, observamos que, frustrada com o resultado, Joana diz: “[...] **acho que não vou poder ser paquita [...] eu não sou loira**”. Esse dito evidencia que a garota passa a compreender, apesar de ser uma criança, que sua exclusão, no teste, foi determinada pelo racismo. Afinal, quando se nasce negro(a) se aprende desde cedo qual é o lugar determinado para você na sociedade, um lugar de inferioridade e exclusão. É uma vez que “o silenciamento funciona pela invisibilidade” (OLIVEIRA, 2020, p. 95), é como se, por meio desse dito, ela estivesse desnudando o que, até então, era velado, o sentido de racismo que era silenciado.

O discurso racista em funcionamento também é reforçado pela ideologia da “pedagogia da beleza”, que constitui, segundo Dorneles (2010), as imagens e os discursos midiáticos e, conseqüentemente, determina a estética branca como padrão a ser seguido. Ademais, o dito “**não mãe, eu não sou ‘loira**” funciona com efeito de denúncia, definida como a fala que irrompe quando se exige silêncio, a textualização do conflito do que já é sabido, daquilo que está na ordem do dia, mas é constantemente silenciado (MODESTO, 2019b). É válido lembrar que, de acordo com Modesto (2016), a denúncia como forma do falar social é tomada para a AD como instrumento de resistência.

Figura 5 – SD4: Perfil no *Instagram* “As negas do ziriguidum oficial”



Fonte: *Instagram* “As negas do ziriguidum oficial”. Acesso em: 01 abr. 2022.

A SD4, por sua vez, também se compõe de um fotograma extraído do curta *Cores e Botas* e que se refere à cena na qual a personagem Joana está vestida de paqueta. Ademais, nesta SD, temos ainda três comentários da postagem. Os comentários digitais constituem, de acordo com Cortes (2015, p.17), “um momento privilegiado para observarmos o processo de subjetivação do leitor internauta, que também assume o lugar discursivo de autor, ao postar seu comentário”.

Conforme Pêcheux (1999), a imagem funciona como operadora de memória e é atravessada e constituída por discursividades. Assim, temos esse funcionamento na imagem da SD4, na qual opera não somente a memória do discurso racista e seus efeitos de exclusão social, como também a posição-sujeito de resistência, pelos sentidos de denúncia à ausência de representatividade do negro, em especial, da criança/mulher negra na televisão brasileira. Tal exclusão e silenciamento sofrem determinações ideológicas do discurso racista em funcionamento, sobretudo, no programa *Xou da Xuxa*, que determinava quem podia ou não ser uma paqueta, por conta da imposição de traços fenotípicos para essa função, conforme o padrão estabelecido. Cabe ressaltar ainda que o curta *Cores e Botas* materializa o confronto e a resistência ao discurso racista, ao questionar e denunciar a exclusão das crianças negras no programa televisivo mencionado.

Na legenda da SD4, há o questionamento: “**Você teve o sonho de ser paqueta?**”, seguida dos comentários digitais do leitor internauta. Devemos lembrar que essa leitura “se processa em condições de produção e circulação determinadas historicamente, dadas as relações de poder instituídas na formação social, nas formações ideológicas e formações discursivas” (CORTES, 2015, p. 180-181). É também nos comentários digitais que o leitor é interpelado em sujeito do discurso. Assim, temos as seguintes respostas nos comentários da SD4:

Internauta 01: Infelizmente sim... mas fui lembrada que teria que que renascer, afffs não gosto de lembrar. Ainda bem que retomei meu projeto inicial de ser uma professora ❤️❤️❤️❤️ amo meu trabalho ❤️❤️

Internauta 02: Infelizmente sim

Internauta 03: Infelizmente, todas nós tivemos! 😭

Partindo da afirmação de que “[...] os leitores inscritos na seção de comentários movimentam as redes de memórias e a produção dos sentidos ao ocuparem distintas posições-sujeito” (SANTOS, L., 2020, p. 93), observamos que o discurso inscrito nos três comentários retoma a memória do discurso racista mostrado no filme, com uma posição-sujeito de denúncia ao discurso racista e seus efeitos de exclusão social sofrida pelas internautas, em razão de seus traços fenotípicos.

Nos ditos “**infelizmente**” e “**fui lembrada que teria que renascer, afffs não gosto de lembrar**”, bem como no *emoji*³⁸ 😭 (rosto chorando), materializam o sentido de dor das leitoras internautas, tendo em vista os efeitos do discurso racista. É uma dor cujas cicatrizes passam a ser rememoradas com efeitos de denúncia. O discurso racista instaura efeitos que incidem no corpo (FRANÇA, 2021), porque é impossível pensar experiências racializantes sem pensar num corpo atravessado pela história. Mas também deixa marcas na alma, pela dor da rejeição.

Em contraposição ao *emoji* do rosto chorando, há o do ❤️ (coração) que materializa o aspecto sentimental inscrito no comentário e o sentido positivo, de afeto, e de amor pela nova profissão que foi adotada pela internauta diante da impossibilidade de ser paqueta.

Vejamos a seguir a análise da quinta Sequência Discursiva (SD5).

³⁸ *Emoji* é uma palavra originada na década de 90, no Japão, e derivada da junção das expressões japonesas “e” (imagem) e “moji” (personagem), significando em português “pictograma”. Os *emojis* são utilizados em mensagens eletrônicas e páginas da *web* e têm a capacidade de expressar as emoções humanas. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/07/entenda-diferenca-entre-smiley-emoticon-e-emoji.ghtml> Acesso: 09 out. 2022.

Figura 6 – SD5: Perfil no *Instagram* “Monique Evelle”



Fonte: *Instagram* “Monique Evelle”. Acesso em: 01 out. 2021.

Já a quinta Sequência Discursiva (SD5) foi coletada do perfil da jornalista e ativista Monique Evelle e se refere à comemoração pelo fato da jornalista ter o seu nome entre os indicados a um prêmio concedido à voz de referência na comunidade de profissionais mais popular do mundo, que pode trazer benefícios tanto para sua carreira quanto para sua empresa.

Como pode se observar na SD5, a postagem se constitui de uma foto da jornalista, tendo ao fundo as imagens da escrava Anastácia (com a máscara facial de ferro, instrumento de tortura e símbolo da política de silenciamento do colonialismo) e da escritora Carolina Maria de Jesus.

Na legenda: **“De quem nunca foi tímida, foi silenciada, para a lista do LinkedIn Top Voices 2019! Obrigada a quem acompanhar meu trabalho por lá e muito obrigada ao time da @shrpitt @responsaag e @desabafosocial que me traz aprendizados todos os dias, transformo em conteúdo e compartilho com os profissionais do @linkedin 🙏 E corre pro @desabafosocial porque já está rolando o desafio que irá distribuir R\$ 3.000”**.

Em razão dos processos ideológicos, simbólicos e históricos oriundos do colonialismo e que fizeram e fazem parte de suas vivências, a mulher negra sempre esteve confinada à posição de marginalidade e silêncio. O silenciamento da mulher negra, do ponto de vista social, seria a “junção de pequenas limitações que lhe são impostas ao longo da vida e passadas de geração em geração, acumulando anos de políticas do medo”, enfatiza Penha (2021). Já no quadro teórico da AD, uma vez que o silêncio significa, dado o seu caráter de incompletude da linguagem, “[...] há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido” (ORLANDI, 2007, p. 11-12).

Desse modo, o silenciamento e a invisibilidade aos quais as mulheres negras foram submetidas, do ponto de vista social, produziram efeitos de inferioridade sobre a subjetividade delas (ROSA; ALVES, 2020) e, do ponto de vista da AD, a política do silenciamento ligou o não-dizer à história e à ideologia (ORLANDI, 2007).

Zoppi-Fontana (2017) afirma que os lugares de enunciação, que são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento, configuram um modo de dizer e convocam práticas discursivas de resistência. Sendo assim, na formulação da SD5 **“De quem nunca foi tímida, foi silenciada”**, a jornalista e ativista social ocupa a posição-sujeito de resistência à Formação Discursiva racista e ao silenciamento imposto ao negro, historicamente. Tal resistência traz à tona e denuncia a dominação do branco sobre o negro, ao longo da história e mostra quem tinha direito à voz e quem a pôs em silêncio, ligando o dizível e o indizível (ORLANDI, 2007).

Uma vez que o sujeito do discurso, no jogo de relações e contradições das lutas de classes, pode resistir ao discurso dominante e instaurar deslizamentos e rupturas dos sentidos no processo discursivo, na SD5 a posição de resistência é ainda reforçada, pelo funcionamento do discurso inscrito na imagem de dois dos principais símbolos da resistência negra brasileira, a escrava Anastácia, com a máscara facial de ferro, e a escritora Carolina Maria de Jesus³⁹. Também nesta materialidade, podemos observar que tal imagem aponta para o que Pêcheux (1999) define como um operador de memória, que comporta em seu interior um percurso escrito discursivamente em outro lugar e que proporciona o efeito de reconhecimento a partir da imagem.

³⁹ De acordo com Kilomba (2019), alguns relatos dão conta de que a escrava Anastácia, nascida em Angola, foi sequestrada, levada para a Bahia, escravizada, e usava a máscara facial que a impedia de falar, como retaliação pelo ativismo político no auxílio em fugas de outros escravizados. Já Carolina Maria de Jesus, nascida em Sacramento e filha de pais analfabetos, segundo Arraes (2020), foi catadora de papelão e uma importante escritora brasileira.

A máscara, como conta Kilomba (2019), foi um instrumento do projeto colonial europeu. Ela simbolizava “políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2019, p. 33). De acordo com a autora, a máscara silenciaria verdades negadas, reprimidas, mantidas como segredo. “Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (KILOMBA, 2019, p. 41).

Na perspectiva da Análise de Discurso, como explica Orlandi (2007, p.102), “em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos)”, uma vez que o discurso é tido como “índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (ORLANDI, 2012, p. 16). Essa interdição é mais facilmente percebida, por exemplo, em regimes não democráticos, como a escravidão.

Todavia, na imagem da SD5 instaura-se a resistência à política de silenciamento imposta às mulheres negras ao longo dos anos, pela retomada da memória da luta de duas mulheres, ícones da resistência da mulher negra brasileira ao racismo.

Prosseguimos, agora, com a análise da sexta Sequência Discursiva (SD6).

Figura 7 – SD6: Perfil no *Instagram* “Pam Nascimento”



Fonte: *Instagram* “Pam Nascimento”. Acesso em: 01 jun. 2021.

A sexta Sequência Discursiva (SD6) foi coletada do perfil da influenciadora digital negra Pam Nascimento. A postagem se constitui do dito: **“Mulher negra não pode ser só resistência; é preciso sonhar”**.

Em destaque ainda, na tela capturada, o seguinte comentário de uma interlocutora:

Mulher negra é uma mulher igual a branca, só que com um tom de pele mais rebuscado, um cabelo mais vistoso e um sorriso mais branco (dado ao contraste com o tom achocolatado delicioso dos lábios. Dispa-se dos rótulos por ser negra e vista-se das virtudes que você traz por ser humana e não pela cor de sua pele!

Ao longo do tempo, tem funcionado no interdiscurso, o que é da ordem do que todo mundo sabe, ou seja, o pré-construído⁴⁰ da “supermulher negra”, em contraposição a imagem da mulher negra humana, com suas fragilidades. Tal imagem, explica Kilomba (2019), é investida intensamente da ideia de força e autossacrifício, mas, ao mesmo tempo, aprisiona a mulher num lugar que não a permite manifestar as profundas feridas do racismo ou mesmo vivenciar experiências atreladas a sua humanidade.

Assim, notamos, de acordo com a análise, que, na SD6 (Figura 7), o discurso inscrito no dito **“Mulher negra não pode ser só resistência; é preciso poder sonhar”** rompe com os sentidos estabilizados de que mulher negra é sinônimo de luta e de força e funciona com sentidos de que a mulher negra, deve se imaginar em situações sociais diferentes das que sempre é colocada (KILOMBA, 2019). Ela não pode ser vista apenas e sempre como a “mula do mundo”.

Para além de resistir aos atos racistas sofridos diariamente, a mulher negra deve sonhar, por exemplo, com a ascensão no mercado de trabalho, em ser protagonista na sociedade, entre outros papéis para os quais a sociedade diz que ela “não estaria apta”. Essa possibilidade apontada no discurso da SD6 ressignifica a existência dessas mulheres, conferindo a elas o sentido de humanidade que a escravidão e, conseqüentemente, o racismo levaram.

Os discursos e posicionamentos ideológicos nas redes sociais podem se movimentar de diferentes formas, como por meio dos gestos de curtir, descurtir, comentar ou repostar, o mesmo que compartilhar, na rede social *Instagram* (SANTOS, R., 2020). É desse modo que “a produção e circulação dos sentidos nas redes sociais se dá de forma acelerada e possibilita

⁴⁰ “O pré-construído se caracteriza por colocar em jogo, no processo discursivo, aquilo que foi dito antes, em outro lugar, e que, à revelia do sujeito, marca sua presença naquilo que ele diz” (VINHAS, 2021, p. 4).

a multiplicação de postagens e efeitos-sentido em redes parafrásticas e polissêmicas” (SANTOS, R., 2020, p. 27).

Esclarecida essa possibilidade própria do digital, no discurso inscrito no comentário, temos efeitos de negação ao racismo como também o silenciamento do conflito. O discurso é determinado pela FD racista, que nega e silencia o racismo pelo viés da ideologia da democracia racial brasileira. O discurso em funcionamento no comentário faz funcionar a fuga de sentidos (ORLANDI, 2012), ao discurso racista, como também à própria história, ao negar o regime de escravidão no Brasil. Como aponta a autora, a fuga de sentidos existe na tensão entre processos contraditórios, aqueles que partem em diferentes perspectivas, e pode produzir efeitos de silenciamento, pelo efeito da ideologia.

Em nosso caso, de país com memória histórica de colonização, em que a presença da escravidão é real, sentidos aí gestados, múltiplos e em movimentos, ficam à deriva. Derivam. Produzem dinâmico jogo de formações discursivas, em que transferência afluem, transbordam. Em geral, regidas pelo silêncio. Ainda mais acentuada é a presença do silêncio se os sentidos apontam para o racismo (ORLANDI, 2012, p. 20).

O dito **“mulher negra é igual a mulher branca”** materializado no comentário da internauta, por exemplo, é pleno de processos de significação de sentidos diferentes do que estão na transparência da linguagem, “sentidos a não dizer. Sentidos em fuga que ecoam a escravidão, a colonização, o pejorativo não dito” (ORLANDI, 2012, p. 20). Sentidos que estão na memória discursiva, funcionando pelo esquecimento.

No discurso inscrito no comentário, a internauta, interpelada pela ideologia, ocupa a posição-sujeito racista, pelo dito falacioso da democracia racial, segundo o qual, há no Brasil uma espécie de harmonia e igualdade entre negros e brancos. Como afirma Quirino (2015, p. 270-271), este pensamento, ainda predominante nos dias de hoje, se inscreve na memória da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), segundo a qual “não houve conflitos raciais no processo de formação do povo brasileiro”.

Esses sentidos de uma identidade harmoniosa, um “paraíso racial” (PEREIRA; MODESTO, 2020) produz efeitos de transparência, pela memória do discurso jurídico de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira), mas a língua é opaca, e assim outros sentidos são instaurados pela falha, uma vez que o Brasil é um país marcado, por exemplo, pela desigualdade econômica e social e, sobretudo, pelo racismo estrutural.

Assim, os ditos “**mulher negra é igual a mulher branca**” e “**dispa-se dos rótulos por ser negra**” inscritos no comentário instauram o silenciamento e buscam apagar os sentidos de confronto e resistência sustentados pelo discurso do perfil da autora. Nesse sentido, concordamos com Tarini (2019, p. 17), que diz: “Parece que partimos do mesmo ponto, mas as diferenças são silenciadas e/ou negadas nos discursos, [...], mulheres de diferentes regiões e classes sociais que são vistas apenas como mulheres, como se tivessem as mesmas condições sociais e culturais, discurso que as torna iguais, mas não o são”. É como se ao pararmos de falar de raça, marcador que atravessa o discurso da mulher negra e constitui historicamente qualquer sujeito (MODESTO, 2020), a tensão desapareceria.

Com esses primeiros gestos analíticos, percebemos que há em funcionamento na rede social *Instagram* um jogo de forças da memória e uma tensão discursiva entre os não ditos e os sentidos em fuga (ORLANDI, 2012), considerando o silenciamento imposto à mulher negra ao longo da história e os movimentos de contradiscurso e resistência ao discurso racista na/em rede. Nesses espaços, o discurso racista não deixa de funcionar e de produzir efeitos, pois a ideologia interpela os internautas a assumirem uma posição-sujeito racista, que discrimina e inferioriza o negro, em especial, a mulher negra. Todavia, a equivocidade também se instaura, quando se dá a desidentificação dos sujeitos com a formação discursiva racista e assim, os sentidos se movimentam pelos gestos de antagonismo e instauram a resistência ao discurso racista na rede.

E, como assegura Modesto (2019b, p. 131), é preciso lutar “contra um silêncio, um silêncio que significa esquecer, não lembrar, deixar cair por terra, arquivar, não falar (mais) sobre”.

Seguimos agora para o próximo capítulo para apresentar outros gestos de análise.

5 OUTROS GESTOS ANALÍTICOS – O DISCURSO DO RACISMO REVERSO: DO SILENCIAMENTO À RESISTÊNCIA

Neste capítulo, apresentamos os gestos analíticos sobre o nosso segundo e último recorte de Sequências Discursivas (SDs). As SDs, apresentadas a seguir, versam sobre outro modo de apagamento do discurso racista, a saber, é o dito que se refere ao “racismo de negros contra brancos”.

Retomado pelo Jornal Folha de São Paulo⁴¹ em meio ao avanço da onda conservadora no Brasil⁴², um artigo intitulado **“Racismo de negros contra brancos ganha força com o identitarismo”**⁴³, assinado pelo antropólogo Antonio Risério e publicado na seção de opinião da Folha, de 15 de janeiro de 2022, reacendeu, no mesmo período, nas redes sociais, o debate sobre o chamado racismo reverso.

O racismo reverso seria um discurso contrário à luta dos negros contra o racismo no fim dos anos 40 no Brasil e conceituado por Almeida (2020, p.53), como “uma espécie de ‘racismo ao contrário’, ou seja, um racismo das minorias dirigido às maiorias” – minorias aqui definidas sob a perspectiva de poder. Em outras palavras, o racismo reverso seria um tipo de “racismo às avessas”, onde negros oprimem brancos.

Para sustentar sua tese, ao longo do artigo, o antropólogo aponta para a existência de um suposto projeto supremacista nos movimentos negros que manifestaria esse “racismo negro”. Segundo Risério, o dogma que reza que pretos são oprimidos, não dispendo de poder político ou econômico para institucionalizar sua hostilidade antibranca, **“é uma tolice”**, uma vez que **“ninguém precisa ter poder para ser racista, e pretos já contam, sim, com instrumentos de poder para institucionalizar o seu racismo”** (RISÉRIO, 2022).

⁴¹ Criado em 19 fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, o jornal Folha de São Paulo ou simplesmente Folha é o quarto entre os dez jornais mais influentes do Brasil, com circulação média anual de 66.188 mil exemplares da versão impressa. Já em relação à média de circulação da versão online, o jornal ocupa a segunda posição, com 299.899 mil assinaturas digitais (Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornais-circulacao-digital-sobe-e-impressa-cai-em-2021>. Acesso em 25 jan. 2023). O jornal, que integra o Grupo Folha, conglomerado de mídia, nasceu com uma linha editorial que priorizava textos mais curtos e objetivos, mais informativos do que opinativos.

⁴²O avanço da onda conservadora no Brasil tem início com os protestos de 2013, contra o aumento nas tarifas do transporte público, segue com a polarização das eleições de 2014, refletindo posteriormente no processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, e é intensificando em 2018 com a eleição de um político alinhado à extrema direita do espectro do arranjo político nacional (FONTOURA, 2021).

⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Entretanto, como explica Almeida (2020), o racismo é estrutural, histórico e um processo político, uma vez que se constitui enquanto um processo sistêmico de discriminação da sociedade, a partir do poder político. Desse modo, o “racismo reverso nada mais é do que um discurso racista, só que pelo ‘averso’ em que a vitimização é a tônica daqueles que se sentem prejudicados pela perda de alguns privilégios” (ALMEIDA, 2020, p. 54).

Este argumento é apoiado por Ribeiro (2018). De acordo com a autora, pelo histórico de opressão e violência, que levaram a anos de exclusão, “os negros não possuem poder institucional para ser racistas. Para haver racismo reverso, precisaria ter existido navios branqueiros, escravização por mais de trezentos anos da população branca, negação de direitos a ela [...]” (RIBEIRO, 2018, p. 41). A autora afirma ainda que há uma hegemonia branca criada pelo racismo que confere privilégios sociais a um grupo em detrimento de outro.

Para Carneiro (2011), o discurso do racismo reverso, retomado nos dias atuais, seria uma velha tese a serviço do reacionarismo das classes dominantes que, nas décadas de 1930, 1940 e parte de 1950, fizeram com que eles denunciassem esse tipo de racismo. O “racismo negro”, reforça a autora, é considerado uma farsa que visa desqualificar a luta por igualdade racial e “o sentido dado às reivindicações dos movimentos negros por inclusão social mediante políticas específicas que atuem na correção das desigualdades raciais” (CARNEIRO, 2011, p. 17).

Cabe destacar ainda o funcionamento do termo “reverso”. De acordo com Damaceno (2016), a utilização desse termo ou da palavra “inverso”, em substituição a ele, produz o sentido de que haveria um racismo bom e ideal, aquele praticado contra o negro, e um racismo mau, o anti-branco. “Ou seja, [a pessoa que crê no racismo inverso] não vê o racismo como um mal em si. Acha o racismo anti-negro normal e natural”. Entendimento semelhante ao de Almeida (2020, p. 53) que afirma que “o termo ‘reverso’, por si só, já indica que há uma inversão, algo fora do lugar, como se houvesse um jeito ‘certo’ ou ‘normal’ de expressão do racismo”. Ainda como explica Damaceno (2016), a ideia do racismo reverso decorreria de um entendimento limitado acerca das expressões racismo, preconceito⁴⁴ e discriminação⁴⁵.

⁴⁴ De acordo com o dicionário Aulete Digital, preconceito é substantivo masculino que significa: 1. Opinião ou ideia preconcebida sobre algo ou alguém, sem conhecimento ou reflexão; PREJULGAMENTO; 2. Atitude genérica de discriminação ou rejeição de pessoas, grupos, ideias etc., em relação a sexo, raça, nacionalidade, religião etc. (preconceito racial); INTOLERÂNCIA; 3. Ideia ou juízo fundado em crendices e superstições; CISMA.

⁴⁵ De acordo com o dicionário Aulete Digital, discriminação pode ser definida como: 1. Ação ou resultado de discriminar; 2. Capacidade de discernir, de notar ou fazer distinção entre coisas; 3. O conceito ou o ato de separar (por algum critério), isolar, segregar; SEGREGAÇÃO; Tratamento

Um negro pode até ser preconceituoso em relação a um branco, o que normalmente é um caso isolado, mas isso não muda a estrutura racial brasileira. Brancos não deixarão de ter poder e privilégios por causa disso (DAMACENO, 2016).

Já da perspectiva da análise discursiva, poderíamos concluir que o artigo de opinião da Folha de São Paulo, no qual funcionam os sentidos do racismo reverso, se filia à Formação Discursiva (FD) racista, que determina ideologicamente os sentidos de apagamento da opressão racial aos negros e materializa sentidos de ódio contra eles.

Levantadas essas reflexões, partimos para a análise das Sequências Discursivas (SDs) 7, 8, 9 e 10, por meio das quais vemos como os perfis de mulheres negras brasileiras discursivizaram a respeito do tema.

Recorte II – Sequências Discursivas (SDs) 7 a 10

Figura 8 – SD7: Perfil no *Instagram* “Negra vaidosa”



Fonte: *Instagram* “Negravidosa”. Acesso em: 16 jan. 2022.

desigual, favorável ou desfavorável, dado às pessoas em função de suas características raciais, sociais, religiosas, de gênero etc. (...).

A sétima Sequência Discursiva (SD7) foi coletada do perfil *Negra Vaidosa*. A postagem se constitui do dito **“Racismo reverso não existe!”**, acompanhado da seguinte legenda:

É tão desesperador em pleno 2022 ter que vir dizer isso pq um dos maiores jornais do país tem a coragem de publicar um texto insinuando que pessoas brancas são vítimas de racismo praticado por pessoas negras... É de uma covardia sem tamanho. Primeiro negam a violência à que nos submetem. Depois nos acusam de cometer a violência que "não existe" contra eles. Não temos um dia de paz ... Racismo reverso não existe. Racismo é um sistema de poder - econômico, jurídico, mídiático, social, físico- fundado na ideia de que pessoas não brancas não são humanas. Nunca houve no Brasil pessoas não brancas oprimindo pessoas brancas de tal maneira. Afirmar o contrário é pura ignorância e covardia. #racismo #palhaçada #racismoreverso não existe

Considerando que, do ponto de vista da AD, o sujeito do discurso pode resistir ao discurso dominante de uma Formação Discursiva, provocando deslizamentos e rupturas, uma vez que não há ritual sem falha (PÊCHEUX, 2015), no dito **“Racismo reverso não existe!”** em funcionamento na imagem da SD7 (Figura 8), bem como na legenda, o sujeito enunciador assume a posição-sujeito de resistência à Formação Discursiva (FD) racista em funcionamento no artigo de opinião e que determina sentidos de deslegitimação das demandas por igualdade racial. O advérbio de negação **“não”** explicita essa tomada de posição de desidentificação ao sujeito universal da FD do discurso presente no artigo e evidencia a posição-sujeito de confronto a respeito do que é afirmado pelo jornal, de que existiria um racismo de negros contra brancos.

Ao tomarmos os ditos inscritos na legenda: **“É uma covardia sem tamanho”**, **“Nunca houve no Brasil pessoas não brancas oprimindo pessoas brancas de tal maneira. Afirmar o contrário é pura ignorância e covardia”**, também observamos o funcionamento de efeitos-sentido de confronto e desconstrução de que **“pessoas brancas são vítimas do racismo praticado por pessoas negras”**, utilizada para negar o racismo estrutural e justificar os comportamentos discriminatórios existentes na sociedade.

Segundo Fontoura (2021, p. 62), a construção discursiva do racismo reverso por si só já constitui uma **“grave falha de interpretação da realidade histórica”** da formação da sociedade brasileira. Não houve no Brasil organização estrutural de modo a tratar de forma excludente as pessoas brancas: **“[...] os não-negros nunca foram dominados, pelo contrário, o processo de colonização europeia aconteceu de forma distinta a partir da escravização dos povos, criando filosofias que justificassem as violências contra os indivíduos”** (FONTOURA, 2021, p. 62).

Tal opinião é compartilhada por Ruy (2022), que categoriza o discurso do racismo reverso como um discurso de extrema direita. “A base do discurso identitário é segregacionista e geradora de ódio entre culturas, raças e gêneros. Mas daí a defender que existe um racismo contra brancos há um abismo. Isso é um erro grosseiro, um discurso de extrema direita. É relativizar e diminuir o racismo real que existe no dia a dia”, afirmou a jornalista.

Ainda na legenda, destacamos a formulação “**primeiro negam a violência à que nos submetem**”, na qual se inscreve a atualização da memória da escravidão negra vivenciada no Brasil, que tem sido negada e apagada ao longo dos anos. Nessa perspectiva, a memória é atualizada para romper com os sentidos estabilizados socialmente, apontando para as profundas desigualdades raciais e à violência enfrentada por essa parcela da população, produzindo assim um jogo de força simbólico que constitui uma questão social (PÊCHEUX, 1999).

Analisamos a seguir a oitava Sequência Discursiva (SD8).

Figura 9 – SD8: Perfil no *Instagram* “Pamela Vindillino_”



Fonte: *Instagram* “PamelaVindillino_”. Acesso em: 16 jan. 2022.

A SD8 foi coletada do perfil da jurista e ativista dos movimentos negros Pâmela Vindilino. Tal materialidade é composta por uma imagem, com o dito **“Racismo reverso existe na terra plana!!!!”**, acompanhada da seguinte legenda:

JÁ TEM ATÉ MANUAL E ESSAS PESSOAS RACISTAS CONTINUAM FALANDO DE COISAS QUE NÃO EXISTEM, PORQUE NÃO SUPORTAM O FATO DE QUE NÓS, PESSOAS NEGRAS, NÃO ABAIXAREMOS A CABEÇA PARA RACISTA ALGUM!!! 🤔 #racismoreversonãoexiste #racismoestrutural #racismoreverso

Na imagem inscrita nesta Sequência Discursiva (SD) funciona o efeito metafórico (PÊCHEUX, 1997). No âmbito da AD, a metáfora discursiva consiste em uma palavra por outra, em uma expressão por outra, em uma proposição por outra em determinadas formulações. Desse modo,

[...] chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y constitutivo do “sentido” designado por x e y ; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”, por oposição aos códigos e as “línguas artificiais”, em que o sentido é fixado [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 96).

O efeito metafórico constitui, portanto, o trabalho da memória, sem o qual não é possível compreender o funcionamento contraditório entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), que estrutura a linguagem, uma vez que não há um sem o outro.

Assim, se no artigo o sujeito enunciador discursiviza que o **“Racismo de negros contra brancos ganha força com o identidarismo”**, que produz efeito-sentido de existência desse tipo de racismo, na SD8, por meio do funcionamento do efeito metafórico, ele é retomado com sentido diferente no dito **“Racismo reverso existe na terra plana!!!!”**, produzindo a resistência, pelo efeito da ironia. Diferentemente do ponto de vista linguístico, em que é considerada uma figura de linguagem definida pelo desvio do sentido real de um dizer, na AD, a ironia é tomada como um discurso de funcionamento específico, intrincado com o cinismo, produzindo efeitos do mesmo, e que se estrutura pela paráfrase e polissemia (BATISTA; CORTES, 2019). A ironia é uma contradição apreendida e exibida, como explica Pêcheux (1995) e se constitui como um poderoso recurso de formação de opinião (BENETTI, 2007). É por meio da ironia que o sujeito enunciador da SD8 vai desqualificar a fala de quem diz que o racismo reverso existe.

Ainda neste dito, convém esclarecer, como observa Modesto (2019a, p. 122), que a resistência funciona ao retomar “o acontecimento produtivo do simbólico, que se abre para a metáfora, uma palavra por outra, dado a possibilidade de deslocamento possível frente à quebra do ritual material em curso”.

O discurso “**Racismo reverso existe na terra plana!!!!**” produz sentido equivalente ao discurso que o “**Racismo reverso não existe**”, isso porque a ciência já comprovou, por meio de evidências, fotos de satélite e expedições para explorações espaciais, que a Terra é redonda e que a terra plana não existe. De acordo com Salas (2019), “negar o formato esférico da Terra é o caso mais extremo de um fenômeno que define a época atual: desconfiar dos dados, enaltecer a subjetividade, rejeitar o que nos contradiz e acreditar em falsidades”. Vale ressaltar que o discurso negacionista, que nega voluntariamente um dado estabelecido em áreas como a ciência e a história, é um dos elementos constituintes do conservadorismo, contexto socio-histórico no qual o discurso do racismo reverso funciona.

A mesma equivalência de sentido também é observada pelo dito “[...] **essas pessoas racistas continuam falando de coisas que não existem**”, discursivizado pelo sujeito enunciador na legenda da materialidade analisada. Ademais, temos ainda os sentidos funcionando pelas *hashtags* **#racismoreverso não existe** **#racismo estrutural** **#racismoreverso** que também instauram discursividades. De acordo com Silveira (2013, p. 2), “o aparecimento de um enunciado em forma de *hashtag* inaugura uma relação particular entre os sujeitos e o acontecimento discursivo; entre a língua e a tecnologia; entre a estrutura e o acontecimento”. Desse modo, o enunciado “**racismo reverso não existe**” em funcionamento na *hashtag* materializa uma posição-sujeito contrária à ideologia do racismo reverso. Já as *hashtags* “**racismo estrutural**”, “**racismo reverso**” conclamam os internautas ao debate sobre o discurso racista e seus efeitos discursivos e sociais, pois estabelecem uma forma específica de circulação de discursos sobre um dado tema.

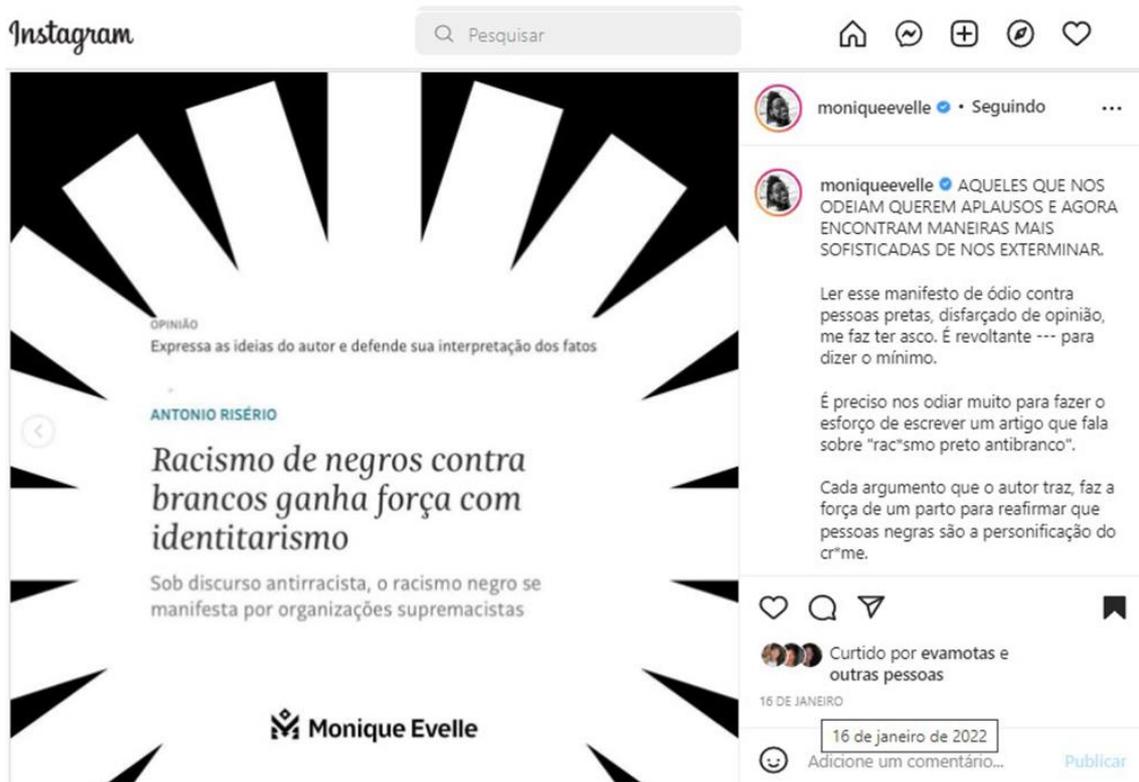
Passemos agora à análise da nona Sequência Discursiva (SD9), composta pela figura 10 e figura 11.

Figura 10 – SD9: Perfil no *Instagram* “Monique Evelle”



Fonte: *Instagram* “Monique Evelle”. Acesso em: 16 jan. 2022.

Figura 11 – SD9: Perfil no *Instagram* “Monique Evelle”



Fonte: *Instagram* “Monique Evelle”. Acesso em: 16 de jan. 2022.

A nona Sequência Discursiva (SD 9) é outra materialidade coletada do perfil da jornalista e ativista Monique Evelle. A postagem, no formato carrossel – que funciona como um álbum e no qual é possível inserir até 10 imagens (fotos ou vídeos) numa sequência – é constituída do dito **“Isso nunca foi opinião”**, na capa do álbum (Figura 10), seguida de outra imagem (figura 11) em que são apresentados os fragmentos do artigo, a saber: a seção, **“Opinião”**; a característica dos textos publicados nessa seção, **“Expressa as ideias do autor e defende sua interpretação dos fatos”**; quem assina o artigo; o título e o subtítulo do artigo, Antônio Risério – **“Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo – Sob discurso antirracista, o racismo negro se manifesta por organizações supremacistas”**.

O álbum é acompanhado da seguinte legenda:

Aqueles que nos odeiam querem aplausos e agora encontram maneiras mais sofisticadas de nos exterminar. Ler esse manifesto de ódio contra pessoas pretas, disfarçado de opinião, me faz ter asco. É revoltante * para dizer o mínimo. É preciso nos odiar muito para fazer o esforço de escrever um artigo que fala sobre “rac*smo preto antibranco”. Cada argumento que o autor traz, faz a força de um parto para reafirmar que pessoas negras são a personificação do crime. E você acha que essa pessoa não entendeu o que é rac*smo? Sinto informar: ela entendeu, sim. Mas pouco importa. É confortável continuar se comportando como sempre, e olhar para pessoas negras como se a cor de pele lhe associasse, imediatamente, a um furt*... ou coisa pior. Eu já não espero mais que eles admitam o erro. Mas que, ao menos, se sintam constrangidos de vir a público para continuar nos tratando como cr*m*nosos. O mesmo esforço utilizado no texto publicado para falar que “existem já meios para o exercício do rac*smo negro”, poderia ser usado para perceber que pessoas pretas não têm o espaço que pessoas brancas ... como o que escreveu essa opinião disfarçada.**

De acordo com os estudiosos do campo das Ciências Sociais (TRINDADE, 2022), a manutenção do racismo se dá por meio de duas estratégias, a saber, a deslegitimação da luta antirracista ou o apoderamento do lugar das vítimas que sofrem essa prática. E, neste cenário, a mídia, sobretudo, a hegemônica, tem papel fundamental no estabelecimento e permanência de discursos que se filiam à Formação Discursiva racista, como é o caso do “racismo reverso” em funcionamento no artigo da Folha de São Paulo. Isso se justifica, como chama atenção Mariani (1999), na medida em que o discurso jornalístico, desde a fundação da imprensa no Brasil, funciona regido por relações sociais jurídico-ideológicas responsáveis por manter certas informações em circulação, garantindo a preservação do *status quo* de uma elite dominante.

A produção de discursos com efeitos de apagamento histórico tem relação direta com a hierarquia entre opressores e oprimidos, explica Teixeira. “Requisitar o argumento do ‘racismo reverso’ é fazer com que a branquitude permaneça no centro, tanto no campo discursivo quanto no político”, assegura Teixeira (2020)⁴⁶. As críticas, afrontas, animosidades e indiferenças são efeitos de uma posição-sujeito favorável ao racismo e à desigualdade racial.

É no debate travado pela mídia digital, em especial pelas redes sociais, que o racismo existente e silenciado na sociedade é explicitado. Ademais, as mídias interpelam os indivíduos em sujeitos, pois funcionam como aparelho ideológico da inculcação do discurso dominante, conforme aponta Cortes (2022). E é por meio da repetibilidade, como explica a autora, que a mídia, principalmente a digital, potencializa efeitos singulares que podem se transformar em réplicas, trélicas, que, por sua vez, instauram distintas posições-sujeito no discurso.

Desse modo, com os ditos **“Isso nunca foi opinião”** inscrito na imagem da SD9 (Figura 10) e **“manifesto de ódio contra pessoas pretas, disfarçado de opinião”**, discursivizado na legenda, temos a resistência funcionando no sentido de denúncia ao discurso jornalístico, que funciona como aparelho ideológico de inculcação (CORTES, 2022); nesse caso, busca inculcar o discurso racista, em aliança à FD do ultraconservadorismo, que também produz efeitos de ódio às pessoas negras.

Assim, a SD9 funciona com efeitos de denúncia ao silenciamento, considerando os muitos não-ditos do discurso jornalístico em relação ao racismo. Todavia, como explica Pêcheux (2015, p.44), temos de observar “as relações entre o que é dito aqui [em tal lugar], e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de colocar-se em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito”.

Também é possível observar, enquanto gesto de leitura sobre a materialidade, a partir das formulações **“é confortável continuar se comportando como sempre, e olhar para pessoas negras como se a cor de pele lhe associasse, imediatamente, a um furt*... ou coisa pior”** e **“continuar nos tratando como cr*m*nosos”**, o funcionamento do efeito de denúncia sobre a imagem estigmatizada que opera no imaginário social de que todo negro é sempre o suspeito preferencial. Como destaca Campos (2020), tais sentidos são produzidos a partir do discurso jornalístico, uma vez que a mídia atua para contribuir com a perpetuação desses estigmas, tendo como base estereótipos construídos pelo imaginário escravista.

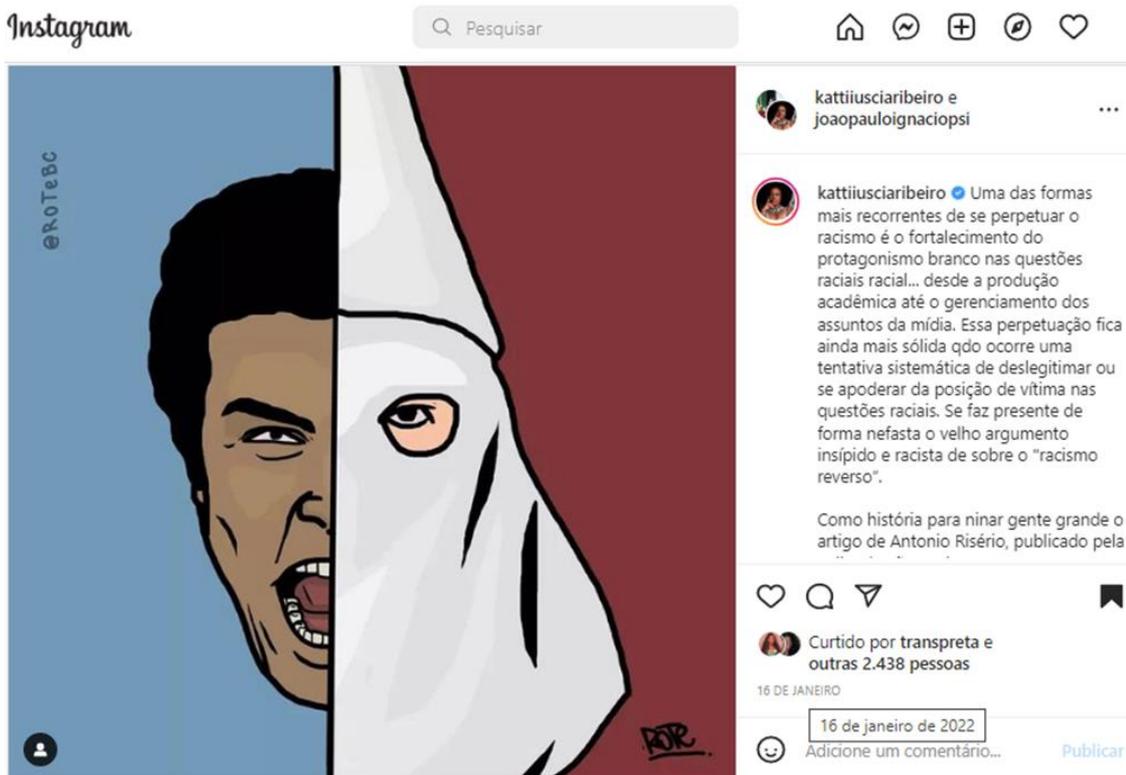
Desse modo, o discurso do racismo reverso inscrito no jornal Folha de São Paulo, atualiza a memória discursiva do racismo com efeitos parafrásticos, visando fixar os sentidos

⁴⁶ Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/a-comunicacao-no-combate-ao-racismo-reverso/>
Acesso em: 22 ago. 2022.

de rejeição social ao negro. Essa memória é retomada quando o país se preparava para discutir a revisão da Lei nº 12.711/2012⁴⁷, também conhecida como Lei de Cotas e que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Além de buscar reduzir as desigualdades educacionais, a Lei de Cotas coloca o racismo no centro do debate público.

A seguir, analisamos a décima Sequência Discursiva (SD10).

Figura 12 – SD10: Perfil no *Instagram* “Katiuúscia Ribeiro”



Fonte: *Instagram* “Katiuúscia Ribeiro”. Acesso em: 16 jan. 2022.

A última e décima Sequência Discursiva (SD 10) analisada foi coletada do perfil da doutora em Filosofia, Katiúscia Ribeiro e é composta por uma charge e a seguinte legenda:

Uma das formas mais recorrentes de se perpetuar o racismo é o fortalecimento do protagonismo branco nas questões raciais racial... desde a produção acadêmica até o gerenciamento dos assuntos da mídia. Essa perpetuação fica ainda mais sólida qdo ocorre uma tentativa sistemática de deslegitimar ou se apoderar da posição de vítima nas questões raciais. Se faz presente de forma nefasta o velho argumento insípido e racista de sobre o "racismo reverso". Como história para

⁴⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 22 ago. 2022. Segundo o artigo 7º, no prazo de dez anos a contar da data de publicação da Lei, ela deveria ser revista.

ninar gente grande o artigo de Antonio Risério, publicado pela Folha de São Paulo, trouxe esse tema outra vez em destaque nas manchetes da branquitude para designar supostos casos de preconceito contra brancos. Ignorando ao seu bel-prazer que essa sociedade foi pensada e estruturada exclusivamente para privilegiar pessoas brancas, o racismo reverso segue em pauta mesmo que não exista argumento algum que sustente essa ideia pífia. Qualquer pessoa com honestidade sabe que colocar esse assunto em debate de forma atabalhoada é desastroso, simplesmente pq o "racismo reverso" não existe, ele é impossível. Promovido e empreendido pela branquitude o racismo é um conjunto complexo de realidades que envolve várias dimensões sa vida. Ele, o racismo, se pulveriza em várias direções sociais entre às principais estão: política, economia e subjetividade. Sistemáticamente o racismo é um instrumento que beneficia as pessoas brancas e sua reversão é uma utopia e uma desprezível tentativa de esvaziar as pautas raciais e a responsabilização das pessoas brancas no combate direto ao racismo. Uma maneira no mínimo canalha de desvirtuar o foco do efetivo enfrentamento às desigualdades raciais no país. O racismo reverso não existe, é como procurar fantasmas de baixo da cama antes de dormir, não fã sentido se é adulto, mas esse é o fetiche da branquitude serem vítimas sem algoz e assassinos santificados. Texto em conjunto com o maravilhoso @joaopauloignacio ✨

Na imagem inscrita na SD10 (Figura 12), observamos a retomada da charge publicada no artigo da Folha (ANEXO A), a partir do efeito metafórico. Essa retomada se dá com uma ruptura do processo de significação, desestabilizando a rede dos implícitos (PÊCHEUX, 1999), uma vez que a parte da imagem que corresponde ao homem branco é substituída por um homem branco com o capuz da Ku Klux Klan⁴⁸, sobre um fundo na cor vermelho.

Observamos que essa imagem é atravessada por discursos exteriores, que são atualizados pela memória discursiva. Pêcheux (1999, p.52) assinala que a memória discursiva “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Assim, na SD10, a memória discursiva sofre perturbação, pois produz efeitos de denúncia a toda opressão sofrida pelos negros a partir perpetuação do racismo e dos atos dos movimentos de extrema direita.

A imagem inscrita na SD10 funciona como define Pêcheux (1999), enquanto um operador de memória, que comporta em seu interior um percurso escrito discursivamente em outro lugar e que proporciona o efeito de reconhecimento a partir da imagem. Ou seja, “[...] a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao

⁴⁸ Uma organização terrorista fundada nos Estados Unidos da América (EUA), que se pauta pela supremacia branca, que promove atos terroristas contra pessoas negras e simpatizantes dos direitos dos negros reforça a posição de resistência do sujeito enunciador ao discurso racista.

quadro da história a força da lembrança” (PÊCHEUX, 1999, p. 31), apontando para outros dizeres que são atualizados no discurso, com sentidos de desestabilização, e que irrompem para a época em que grupos supremacistas brancos agiam com os objetivos de perseguir e atacar pessoas negras, bem como os defensores dos direitos dessa parcela da população.

A confirmação do sentido de violência ligado aos grupos supremacistas se dá também com a utilização da cor vermelho na atualização da charge. Tal cor inscreve na imagem referente ao homem branco o efeito de perigo, agressividade e ameaça, em contraposição a cor azul – disposta como cor de fundo da imagem do homem negro e que remeteria efeitos de tranquilidade. A utilização da cor vermelho na materialidade inscreve um sentido de pânico e terror que o grupo supremacista causava nos negros por persegui-los.

Ainda a respeito da retomada da charge com efeito metafórico, podemos discorrer sobre outra noção da Análise de Discurso (AD) que é a equivocidade (PÊCHEUX, 2015), que consiste no funcionamento dos deslizamentos e rupturas de sentidos, a partir de diferentes posições-sujeito no discurso. No caso da charge da materialidade aqui analisada, ela apontou para a dimensão do sentido entre homens brancos e os movimentos supremacistas brancos, resgatando a historicidade dos sentidos de racismo e segregação racial, da relação de causalidade entre o discurso do racismo reverso e o discurso da supremacia racial branca.

Voltando nosso gesto de análise para a legenda, destacamos a seguinte formulação **“Uma das formas mais recorrentes de se perpetuar o racismo é o fortalecimento do protagonismo branco nas questões raciais racial... desde a produção acadêmica até o gerenciamento dos assuntos da mídia”**. Aqui, abrimos um parêntese para ressaltar brevemente sobre o funcionamento do discurso jornalístico, com efeito opinativo, que serve de base para as análises das materialidades relacionadas neste capítulo.

Segundo Marques de Melo (1985), o artigo da Folha de São Paulo se enquadra na categoria de jornalismo opinativo, que é constituído de espaços dentro do jornal (sejam eles editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricaturas e charges) para expressar de modo declarado posições sobre uma determinada questão (DELA SILVA, 2013). Segundo Dela Silva (2013, p. 1217), estes espaços serviriam para o funcionamento do “dizer legitimado pelas publicações jornalísticas (de jornalistas e convidados especialistas)”.

Desse modo e a partir da formulação anteriormente inscrita na legenda da materialidade, observamos que a ativista assume a posição-sujeito de resistência a esse dizer legitimado que visa à perpetuação do racismo na sociedade, ao denunciá-lo enquanto ferramenta utilizada para o “fortalecimento do protagonismo branco nas questões raciais”. Ou

seja, o discurso jornalístico atenderia a outros interesses. É como nos fala Castro (2015), “os discursos midiáticos tecem uma rede de produção e reprodução do preconceito e do racismo”.

Na legenda, podemos destacar também a formulação **“Ignorando a seu bel-prazer que essa sociedade foi pensada e estruturada exclusivamente para privilegiar pessoas brancas, o racismo reverso segue em pauta mesmo que não exista argumento algum que sustente essa ideia pífia”**. Neste caso, observamos que a ativista chama atenção para o funcionamento do discurso negacionista, que está atrelado à constituição do racismo reverso, inscrito no artigo. Sentido confirmado por Filho (2022). Para o jornalista, o discurso do racismo reverso, no contexto abordado no artigo, funcionaria como “negacionismo científico em estado bruto travestido de opinião, como se o racismo fosse um fenômeno solto na história, sem nenhuma ligação com as relações de poder que movem a sociedade”.

Ainda na legenda, outras três formulações produzem efeitos de sentido semelhantes a outros aqui apresentados. São elas **“o ‘racismo reverso’ não existe, ele é impossível”**; **“[...] o racismo é um instrumento que beneficia as pessoas brancas e sua reversão é uma utopia e uma desprezível tentativa de esvaziar as pautas raciais”**; **“O racismo reverso [...] é o fetiche da branquitude serem vítimas sem algos e assassinos santificados”**. Tais ditos instauram a resistência do sujeito do discurso em se assujeitar e reproduzir o discurso dominante na FD racista a qual o artigo se filia, já que provoca rupturas (DE NARDI; NASCIMENTO, 2016); ademais, funciona com efeito de denúncia ao silenciamento que é imposto às tensões raciais no Brasil. Aqui, evocamos Orlandi (2007), lembrando que esse silenciamento é o mesmo que “por em silêncio” e que se constitui no apagamento dos sentidos já-ditos da memória de um dado discurso.

Assim como nos primeiros gestos analíticos, também observamos a partir da análise das Sequências Discursivas (SDs) dispostas neste capítulo, o funcionamento dos sentidos em fuga (ORLANDI, 2012), pelo viés do discurso do racismo reverso, o qual busca silenciar o racismo e seus efeitos opressores. Os sentidos em fuga, como postula Orlandi (2012, p. 12), “imediatamente nos aproximamos de uma noção que se coloca como incontornável: a de historicidade, ou seja, a materialidade histórica dos sujeitos e dos sentidos”.

Nessa perspectiva, notamos que, constantemente, ressurgem, em condições de produção dadas, no discurso jornalístico da mídia hegemônica, formulações que se filiam à FD racista, a exemplo do discurso do racismo reverso, de modo a manter a regularização da memória da escravidão negra, que forjou a realidade brasileira dos dias atuais. Portanto, o discurso do racismo reverso - do negro contra o branco – produz intensos efeitos de sentidos em fuga. Enquanto um discurso, no qual funcionam sentidos em fuga, observamos também

que o discurso do racismo reverso se inscreve em diferentes formações discursivas, não apenas a racista, mas também a do ultraconservadorismo e do negacionismo científico. Todas enredadas sob o jogo de forças da memória.

Todavia, há em funcionamento nas redes sociais um movimento que é próprio da resistência discursiva, que é a desidentificação do sujeito com a forma sujeito de uma dada Formação Discursiva (FD), que busca romper com a inculcação ideológica da mídia.

A seguir, partimos para os efeitos de conclusão desse estudo.

6 EFEITOS DE CONCLUSÃO

Ao estabelecermos o percurso da pesquisa que resultou nesta dissertação, propomos, à luz dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de filiação pêcheuxtiana e da contribuição de outros campos do conhecimento, a investigar o funcionamento da resistência ao discurso racista, a partir de perfis de mulheres negras brasileiras na rede social *Instagram*; ademais, buscamos também analisar as condições de produção e de circulação dos discursos materializados nestes perfis e compreender os efeitos de memória em funcionamento nos recortes de dizeres em circulação na/em rede.

Como observamos com as análises, a hipótese central da pesquisa foi confirmada, pois os gestos de resistência ao discurso racista se instauram a partir do funcionamento de uma posição-sujeito de antagonismo e confronto ao discurso racista, nas formulações dos perfis tomados para a análise. Cabe ressaltar que a resistência é entendida aqui como “falar quando se exige silêncio, não ‘escutar’ as ordens, mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases” (PÊCHEUX, 1990, p. 17) frente aos discursos da dominação.

Uma vez que a resistência é própria do processo de produção discursiva e de construção dos sujeitos (TARINI, 2019), afinal, “cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2011, p. 115), o estudo confirma que as redes sociais se constituem como uma arena discursiva (CORTES, 2015) e têm se constituído também num espaço para circulação de vozes que foram historicamente silenciadas e que não encontraram visibilidade na grande mídia, como é o caso das mulheres negras, bem como têm se constituído enquanto espaço para contradiscursos e confronto a discursos logicamente estabelecidos.

Na rede social *Instagram*, as mulheres negras têm produzido “uma ruptura na memória discursiva dominante, abrindo espaço para uma nova série de formulações que colocam em circulação sentidos silenciados ao longo dos anos de dominação” (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 179) e contribuem para a formação de uma subjetividade negra, uma vez que os processos sócio-históricos e ideológicos de construção do discurso racista no Brasil, como vimos no presente estudo, buscou manter a população negra ligada, por exemplo, ao imaginário de escravidão, subalternidade e inferioridade, bem como buscou apagar as tensões raciais existentes na sociedade.

Para exemplificar, temos a resistência ao discurso da democracia racial em funcionamento em uma das Sequências Discursivas analisadas na dissertação. Conforme

explica Gonçalves (2021, p. 3), o termo democracia racial, por si só, pode ser convertido em uma palavra “cuja função é produzir e sustentar uma ordem de mundo em que o sujeito negro e todas as ações realizadas no país para o seu apagamento sejam esquecidas”, tendo um efeito devastador na experiência da subjetividade e na luta contra o racismo. Também temos a resistência ao discurso da meritocracia inscrito em outra materialidade analisada, é possível observar o funcionamento de tais efeitos de sentido.

Outra hipótese confirmada é a de que as condições de produção e, sobretudo as condições de circulação dos discursos em/na rede afetam a produção e a movimentação dos sentidos. Segundo Dias (2007), é pela circulação, seja a partir de comentários, curtidas, compartilhamentos, *hashtags*, *emojis* e memes, por exemplo, que o discurso digital se formula e se constitui, e isso provoca, de acordo com a autora, uma diferença na produção dos sentidos. Isso porque essa rede de links e ícones, como apontam Pereira e Cortes (2020, p. 257-258), “funciona como uma rede de sentidos e de posicionamentos ideológicos, que instauram tanto a estabilização quanto as rupturas nas teias interdiscursivas”.

Ao lançar mão desses recursos que integram a corpografia própria do digital, e aqui destacamos, por exemplo, a *hashtag* #racismoreverso não existe em funcionamento em uma Sequência Discursiva (SD) analisada, o sujeito enunciador assume a posição-sujeito de resistência ao discurso do racismo reverso e estabelece a relação com os dizeres que antecedem essa *hashtag*, reforçando o teor discursivo dessas formulações, pois “a *hashtag* é um potencializador de discurso” (LIMA, 2017, p. 43), principalmente, quando se trata das *hashtags* polêmicas, que materializam os sentidos favoráveis e contrários ao racismo.

Ademais, convém destacar, como reforça Dias (2011, p. 58), que a discursividade do eletrônico é, sobretudo, “um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, através das determinações históricas”. Por essa razão, confirmamos também que a resistência discursiva em funcionamento em perfis de mulheres negras no *Instagram*, ao mobilizar as relações interdiscursivas, produz uma tensa movimentação nas redes de memórias, instaurando a polissemia e a equivocidade no discurso, já que desestabiliza a memória do discurso racista.

Em outras palavras, a tensão racial, que é uma questão ligada à constituição da formação social brasileira é materializada no discurso e, no caso, da presente pesquisa, nas redes sociais e digitais. Para exemplificar essa tensão, destacamos a denúncia ao discurso racista inscrito no programa televisivo *Xou da Xuxa*, que produziu efeitos de sentido de discriminação e rejeição às mulheres negras na infância. A denúncia começa por meio do curta *Cores e Botas*, e quando os fotogramas são atualizados em perfis do *Instagram*

(Sequências Discursivas 2, 3 e 4), a memória também é atualizada, com efeitos de perturbação ao discurso racista, e assim, a resistência se instaura, pelo questionamento da ausência de representatividade negra na programação infantil da televisão brasileira. Assim, a memória discursiva do racismo é confrontada e sofre abalos.

Neste caso, notamos, sobretudo, que a rede social *Instagram* foi ocupada para explicitar uma dor, cujas cicatrizes passam a ser lembradas com efeitos de denúncia, principalmente, porque, como realça Oliveira (2011, p.19), “[...] o racismo não é inato, mas aprendido, num processo discursivo, baseado nas conversações, nas histórias quotidianas, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nas tecnologias, etc.”.

Sendo assim, ressaltamos também a resistência ao discurso do racismo reverso, inscrito no discurso jornalístico (Folha de São Paulo), no qual funciona a fuga de sentidos dos efeitos da historicidade escravista. É sabido que a grande mídia trabalha a serviço do poder político-econômico hegemônico como mecanismo de controle de discursos e, conseqüentemente, de sentidos produzidos sobre eles.

Contudo, sendo o ciberespaço marcado por conflitos de interesses, pode também funcionar a equivocidade, pelas novas formas de constituição, formulação e circulação de discursos/sentidos, como observamos neste estudo.

A resistência instaura o “acontecimento discursivo”, como postula Gallo (2009), pois torna possíveis novas discursividades no ciberespaço. Neste estudo, mostramos que a resistência ao discurso racista, incluindo aí o racismo reverso, se deu por meio da desidentificação do sujeito, que constitui o modo antagônico de se relacionar com a Formação Discursiva (FD), neste caso a FD racista. Esse movimento de desidentificação do sujeito produz um deslocamento discursivo para outra matriz de sentido, pela posição-sujeito da resistência discursiva ao racismo.

Vimos ainda que o leitor da rede social, ao se inscrever na seção de comentários, produz gestos de interpretação e ocupa distintas posições-sujeito, a partir do jogo de relações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento na trama. A respeito dessa prática leitora, cabe ressaltar que,

No ato de ler, a ideologia é condição *sine qua non*, já que seu trabalho é produzir evidências, situar o indivíduo na relação imaginária com as condições de existência materiais e interpelá-lo em sujeito, pois é através da interpelação que o sujeito se inscreve como leitor e produz sentidos (GALLI; GARCIA, 2016, p. 117).

Ainda de acordo com as autoras, ao ler, o leitor deve considerar “não apenas o que está dito, mas também o que está implícito, aquilo que não está dito e que também está significando” (GALLI; GARCIA, 2016, p. 117). Nessa perspectiva, a leitura interpela o sujeito do discurso a ocupar distintas posições-sujeito, por meio das postagens nas seções de comentários (CORTES, 2018), como vimos nas análises dos comentários digitais.

Desse modo, notamos que as determinações históricas e ideológicas sedimentadas no imaginário social pelos já-ditos do interdiscurso produzem a ilusão do sujeito, que passa a acreditar que é a origem do seu dizer; assim, no discurso dos comentários tomados para análise, funciona a repetição de discursos racistas - como o discurso do ideal de branqueamento e o silenciamento do racismo, como, por exemplo, no discurso da democracia racial; mas também temos os comentários de leitores que ousam resistir ao discurso racista.

Por fim, concluímos que as redes sociais, a exemplo do *Instagram* podem se constituir em um ambiente para dar voz e visibilidade aos sujeitos que ousaram se revoltar contra o discurso racista, que é uma prática social secular e que segue violentando corpos e subjetividades de pessoas negras.

Neste espaço discursivo e de contradiscursos e embates ideológicos (CORTES, 2015), que são as redes sociais, as mulheres negras ocupam uma posição-sujeito de resistência para desestabilizar sentidos dominantes, se apropriar da sua história, ressignificar a sua existência de modo que não seja mais necessário “gritar para dizer que (também) é gente” (MODESTO, 2019, p. 117) e construir, dessa forma, uma discursividade de vida.

Por essa razão é que estas são considerações que não se esgotam aqui. Estas considerações têm apenas, como anuncia o título do capítulo, efeitos de conclusão, tendo em vista a emergência dos discursos de ódio, do qual o racismo faz parte, pelo ciberespaço⁴⁹, e de práticas próprias desse ambiente, a exemplo dos gestos de “cancelamento” de pessoas e exclusão social, e isso nos convoca a novas práticas de resistência e novas pesquisas sobre o tema, afinal “é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 1995, p. 304).

Esperamos, contudo, que o presente estudo contribua cientificamente para as pesquisas na área da linguagem, sobretudo, da Análise de Discurso de filiação pècheuxtiana, que se dedicam ao funcionamento discursivo ligado às questões raciais no Brasil. E que também contribua socialmente para que os efeitos do discurso racista na sociedade não sejam minimizados, para que os gestos de resistência a esse discurso não sejam silenciados, como

⁴⁹ Segundo a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet, denúncias de crimes na internet com discurso de ódio cresceram 67,7% em 2022, quando comparados a 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2023/02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022.ghtml> Acesso em: 09 fev. 2023.

temos visto ao longo dos anos, e para que novos efeitos de sentidos, sobretudo, de positividade da identidade negra passem a funcionar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

ARAÚJO, Ivanei F. **O rompimento da Barragem de Brumadinho discursivizado no Twitter**: nas tramas digitais, a disputa de sentidos. 2021. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

BASTOS, Gustavo G.; GALLI, Fernanda C. S.; ROMAO, Lucília M. S. Discursos e sentidos no ciberespaço: a biblioteca da/na favela. **Diálogos Pertinentes**, Franca, v. 9, n. 1, p. 89-109, 2013. Disponível em:
<https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/766/592> Acesso em: 06 fev. 2023.

BATISTA, Geisa A.; CORTES, Gerenice R. O. O funcionamento discursivo de memes políticos: metáfora e cinismo no meme “tchau querida”. *In*: AZEVEDO, Isabel Cristina M.; ANDRADE, Alexandre de Melo; MARENCO, Sandro Marcio D. A. (orgs.). **Estudos Linguísticos e Literários em múltiplas perspectivas**, São Cristóvão, p.112-129, 2019.

BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. **Líbero**, São Paulo, v. 20, p. 37-46, dez. 2007. Disponível em:
<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/632>. Acesso em: 09 jan.2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

CAMARA, Leda. Cores e botas: 7 motivos para entender importância desta obra. **Otag geek**, 28 jan. 2021. Críticas. Disponível em: <https://otageek.com.br/cores-botas-7-motivos-para-entender-importancia-obra-para-brasil/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

CAMPOS, Deivison. Negro como suspeito preferencial: “conduta mais violenta que testemunhamos da polícia”, alerta pesquisadora. **Humanista**, Porto Alegre, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/09/29/negro-como-suspeito-preferencial-conduta-mais-violenta-que-testemunhamos-da-policia-alerta-pesquisadora/>. Acesso em 08 fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo-SP: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Thaís de. O “Xou da Xuxa” como representação do ideal de branqueamento do Brasil. 2015. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 7., 2015, Paraná. **Anais [...]** Paraná: Universidade Federal do Paraná, p. 1-14. Disponível em:
<https://eventos.ufpr.br/enpecom/enpecom2015/paper/download/131/38>. Acesso em 08 nov. 2021.

CASTRO, Silvia Elaine S. A imprensa e a luta contra o racismo. **FENAJ**, Brasília, 28 set. 2015. Disponível em: <https://fenaj.org.br/a-imprensa-e-a-luta-contr-o-racismo/>. Acesso em: 09 fev. 2023

CESTARI, Mariana J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na análise de discurso. *In*: ZOPPI-FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina. (orgs.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência, Campinas,. v. 2, p. 183-204, 2017.

CORTES, Gerenice R. de O. A “nova” direita e o discurso militarista: tensões da memória no espaço virtual. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele S.; GALLI, Fernanda C. S.; SOBRINHO, Helson Flávio S. (orgs.). **Tensões entre o urbano e o digital**: discursos, arte, política(s), Campinas, 1. ed., p. 75-91, 2022.

CORTES, Gerenice R. de O. O crespão nas tramas do discurso digital: entre os fios da memória, acontecimento e equivocidade. *In*: SILVA, Dalexon S.; SILVA, Claudemir S. (orgs.). **Revista Pêcheux em (dis)curso**: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nádia Azevedo, São Carlos, v. 2, p. 271-287, 2021.

CORTES, Gerenice R. de O. Da interação à interlocução discursiva: a subjetivação do leitor em comentários de blogs de divulgação científica. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 40, p. 1-10, 2018.

CORTES, Gerenice R. de O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. Orientadora: Evandra Grigoletto. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

CRUZ, Eliana Alves. Prefácio. *In*: TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?**: a narrativa de Sojourner Truth contada a Olive Gilbert. Tradução de Carla Cardoso e Julio Silveira. Rio de Janeiro: Livros de Criação/Imã Editorial – Coleção Meia Azul, 2020. p. 11-14.

DALTRO, Luana Mendes. A ideologia do branqueamento: tudo o que você precisa saber. **Geledés**. São Paulo, 24 set. 2019. Questão racial. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-ideologia-do-branqueamento-tudo-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 05 mar. 2022

DAMACENO, Janaína. Por que você deve parar de afirmar que o racismo reverso existe? **Geledés**. São Paulo, 03 fev. 2016. Questão racial. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-voce-deve-parar-de-afirmar-que-o-racismo-reverso-existe/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

DELA-SILVA, S. Das cartas de leitores às redes sociais: o espaço para o sujeito na revista Superinteressante. **Estudos Linguísticos**, São Carlos, v. 42, n. 3, p. 1214-1228, 2013.

DE NARDI, Fabiele S.; NASCIMENTO, Felipe Augusto S. A Propósito das Noções de Resistência e Tomada de Posição na Análise de Discurso: movimentos de resistência nos

processos de identificação com o ser paraguaio. **Revista Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 80-103, dez. 2016.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo (REDISCO)**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p.8-20, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Revista Estudos Linguísticos**, São Carlos, v. 44, n. 3, p. 972-980, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DIAS, Cristiane. **Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo**. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011.

DIAS, Cristiane. A língua em sua materialidade digital. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO (SEAD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 3., 2007, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/CristianeDias.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

DIAS, Cristiane. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Orientadora: Eni Puccinelli Orlandi. 2004. 176f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DORNELES, Leni V. “Tu não podes ser princesa”: corpos, brinquedos e subjetividades. *In*: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. **Modos de brincar: cadernos de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro, p. 31-36, 2010.

EVARISTO, Conceição. Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. **Carta Capital**. São Paulo, 13 maio 2017. Sociedade. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaça-a-mascara-do-silencio201d/amp/. Acesso em: 11 nov. 2020.

EVELLE, Monique. A voz em movimento. **Revista Revestrés**. Teresina, 11 abr. 2019. Brasil. Disponível em: <https://www.revistarevestres.com.br/revs/brasil/a-voz-em-movimento/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FERNANDES, Otair. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 11 mai. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FILHO, João. Folha lucra com debate falso sobre ‘racismo reverso’ em ano de revisão da lei de cotas. **The Intercept**, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/01/22/folha-debate-falso-racismo-reverso/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FONTOURA, Julian S. D. de A. Racismo reverso: o porquê da sua não-existência. **Interritórios** - Revista de Educação, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 55-67, 2021.

FRANCA, Luka. Xuxa, combate ao racismo e 4 gerações de paquitas brancas. **Geledés**. São Paulo, 09 abr. 2015. Discriminação e Preconceitos. Disponível: <https://www.geledes.org.br/xuxa-combate-ao-racismo-e-4-geracoes-de-paquitas-brancas/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

FRANÇA, Glória. Do braço do estado () aos pés crioulos das coreiras: equívocos e corpos racializados. In: FLORES, Giovanna B.; GALLO, Solange Maria L.; NECKEL, Nádia Régia; DALTOÉ, Andréia S.; SILVEIRA, Juliana da; MITTMANN, Solange; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Claudia; ZOPPI-FONTANA, Mónica. (orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**, Campinas, v. 5, 1. ed., p. 235-252, 2021.

FRIER, Sarah. **Sem filtro**: os bastidores do *Instagram*: como uma *startup* revolucionou nosso estilo de vida. Tradução de Sandra Martha Dolinsk. São Paulo: Planeta, 2021.

GALLI, Fernanda C. S.; GARCIA, Dantielli A. Prática leitora e suas discursividades: formações imaginárias e memória discursiva. **Raído**, Grande Dourados, v. 9, n. 19, p. 115–127, 2016.

GALLO, Solange Maria L. A internet como acontecimento discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 4., 2009, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES, Daiane de O. G.; CARNEIRO, Elane M. C.; MADEIRA, Maria Zelma A. Mulheres negras, Racismo estrutural e Resistências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23419>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOMES, Nilma L. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 94-111.

GONÇALVES, Tatiana J. É trabalho de preto... Emergência e insurgência da luta contra o racismo pela resignificação do discurso. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 14, n. 4, p. 1-10, out./dez. 2021. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/39761>. Acesso em: 21 fev. 2022

GRIGOLETTO, E. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SCHONS, Carme R. (orgs.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Coleção Letras; Editora Universitária-UFPE, 2011. p. 50-78.

GRIGOLETTO, Evandra. Do discurso político às novas tecnologias: um percurso sobre o objeto de estudo da Análise do Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28649>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GUENA, Regina. Crianças do Beiru: a construção de padrões de identidade a partir do Xou da Xuxa. *In*: VIVARA, Veet. **Infância e Consumo**: estudos no campo da comunicação. Brasília: Andi; Instituto Alana, 2009. p. 104-116. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Infancia-e-consumo-Estudos-no-campo-da-comunicacao1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIDER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes. *In*: ORLANDI, Eni P. *et al.* **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 169-191.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Racismo e antirracismo no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 43, p. 26-44, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua, Porto Alegre, 2008. p. 9-33.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mário. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

KILOMBA, Grada. Em palestra-performance, Grada Kilomba desfaz a ideia de conhecimento “universal”. **MITSP**. São Paulo, 06 mar. 2016. Disponível em: <https://mitsp.org/2016/tag/grada-kilomba/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAHNI, Cláudia; ALVARENGA, Nilson; PELEGRINI, Mariana; PEREIRA, Maria. A mulher negra no cinema brasileiro: uma análise de Filhas do Vento. **Revista Científica do Centro Universitário Barra Mansa (UBM)**, Barra Mansa, v. 9, n. 17, p. 80-88, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Costa Irineu. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Marcos André Queiroz de. **Hashtags de cunho racista**: Efeitos de sentido e formas-sujeito em comentários e relatos em redes sociais. Orientador: João Antônio de Santana Neto. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, v. 5, p. 47–62, 1999.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDEIROS, V.; GLOZMAN, M. Pregas sobre um título: fotograma das tensões e disputas discursivas na/da atualidade/ Pliegues sobre un título: fotograma de las tensiones y disputas discursivas en/de la actualidad. **Fragmentum**, Santa Maria, v. 54, p.9–18, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/41998/pdf>. Acesso em 27 mar. 2023.

MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre militância digital. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SCHONS, Carme Regina. (orgs.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Coleção Letras; Editora Universitária-UFPE, 2011. p.119-139.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 3., 2009, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: 2009. Disponível em: <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 1-19, jul. 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. *In*: ADORNO, Guilherme; ANJOS, Liliane; BENAYON, Flávio; FERRAÇA, Mirielly; MODESTO, Rogério; OSTHUES, Romulo. (orgs.). **O discurso nas fronteiras do social**. Uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas: Pontes Editores, 2019a. p. 111-134.

MODESTO, Rogério. Não esquecer, não aceitar: a denúncia “quando se exige silêncio” e a construção discursiva do antagonismo. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SOBRINHO, Helson Flávio S. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019b. p.127-144.

MODESTO, Rogério. A denúncia como forma de falar do social. *In*: PIRIS, Eduardo L.; AZEVEDO, Isabel Cristina M.; LIMA, Geralda O. S. **Anais do III Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação**. Ilhéus: Editus - Editora da UESC, 2016. p.4155-4165.

MOREIRA, Adilson. **O que é racismo criativo?** Belo Horizonte: Letramentos, 2018.

MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia. A trajetória histórica da mulher no Brasil: da submissão à cidadania. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 25-46, jan.-jun., 2018. Disponível em:

<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/147/64>. Acesso em: 24 jan. 2023

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/LIVRO-PENESB-12.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

NOGUEIRA, Luiz Carlos K. **Racismo no Brasil: preconceito de marca e cotas para negros**. Orientador: Kabengele Munanga. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Iolanda. A construção social e histórica do racismo e suas repercussões na educação contemporânea. **Cadernos Penesb**, Niterói, v. 9, p. 257-281, 2007, Disponível em: http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-9_v7.2_capamiolo.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

OLIVEIRA, Laila Thaíse B. Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1., 2016, Sergipe. **Anais [...]** Sergipe: UFS, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12873/2/NarrativasRedeFeminismoNegro.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

OLIVEIRA, Lucinéia. **A discursivização das doenças negligenciadas nas mídias digitais: entre o silenciamento de sentidos e a resistência**. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. **O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas**. Orientadora: Ivone Tavares de Lucena. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni P. A análise de discurso é possível?. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p.138-156, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/download/8657795/21806>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ORLANDI, Eni P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. *In*: CARROZZA, Guilherme *et al.* (orgs.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: RG Editora, 2012. p. 11-27.

ORLANDI, Eni P. **Contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Conversa com Eni Orlandi. **Revista TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623/17602>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ORLANDI, Eni P. **O próprio da análise do discurso**. Série Escritos Número 3. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Segmentar ou recortar?** Linguística: questões e controvérsias. Linguística: Questões e Controvérsias. Série Estudos nº 10. Uberaba: Fiube, 1984.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e práticas**. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p.107-119.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. *In*: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, p.7-24, 1990.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas [1975]. *In*: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PENHA, Jessica. Mulheres negras estão cansadas de serem silenciadas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 23 abr. 2021. Acervo Online. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-negras-estao-cansadas-de-serem-silenciadas/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PEREIRA, Cely; MODESTO, Rogério. “Mulher Negra de Pele Clara”: lugar de enunciação e processos de identificação. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Pouso Alegre, v. 21, p. 274-290, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/67fe/84a29afd605b2db2616611a0ad859a15862c.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PEREIRA, Paula S.; CORTES, Gerenice R. O. Discursividades da Reforma da Previdência na rede virtual: uma trama de sujeitos e de sentidos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 14, n. 29, p. 244-262, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/29255>. Acesso em: 07 fev. 2023.

QUEIROZ, Rafaele C. de S. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, 2019.

QUIRINO, Kelly T. M. Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir da análise de posts no site da UOL. **Comunicologia**, Brasília, v. 7, n.2, p. 268-293, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5649>. Acesso em: 14 jan. 2022.

RAUL, Jessica M. Entre silêncios e protestos: uma reflexão sobre escrita preta no ciberespaço. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.166-194, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/44955>. Acesso em: 16 ago. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Coleção Cibercultura; Sulina, 2009.

RENNÓ, Aline de Fátima C. V.; SALLES, Atílio C. Discurso e *Hashtag*: Diferentes modos de pertencimento no *Instagram*. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre, ano 7, n. 11, p. 69-81, 2020. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/652>. Acesso em: 16 ago. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Por que o ativismo das mulheres negras incomoda tanto? **El País**. São Paulo, 10 dez. 2016. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481308817_062038.html. Acesso em: 04 nov. 2020.

ROSA, Evellyn G. da; ALVES, Míriam C. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, 2020.

RUY, Carolina M. Separar o racismo do identitarismo. **Vermelho**, Brasília, 18 jan. 2022. Coluna. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/separar-o-racismo-do-identitarismo/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SALAS, Javier. Você não pode convencer um terraplanista e isso deveria te preocupar. **El País**, 03 mar. 2019. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/27/ciencia/1551266455_220666.html Acesso em: 08 ago. 2022.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Tradução de Vera Ribeiro. Salvador: EdUfba; Pallas, 2003.

SANTOS, Denise B. **Para além dos fios**: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade. Orientador: Petrônio José Domingues. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Leilian F. **Padre Fábio De Melo discursivizado nas mídias digitais**: sob as tensões da memória, a dispersão de posições-sujeito. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

SANTOS, Rosiene A. **O funcionamento discursivo do enunciado “intervenção militar já” nas mídias digitais**: memória, metáfora e efeitos-sentido. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

SILVA, Letícia F.; CASTILHO, Maria A. Brasil Colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis: Mulheres na história**, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/21942>. Acesso em: 24 jan. 2023

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. Orientadora: Maria Célia Cortez Passetti. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, Juliana da. Análise discursiva da hashtag *#onagagné*: entre a estrutura e o acontecimento. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 6., 2013, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/AnaliseDiscursivaDaHashtag.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

TARINI, Ana Maria F. L. Sujeito, Interpelação Ideológica e Resistência. *In*: TARINI, Ana Maria de Fátima Leme; BIZIAK, Jacob dos Santos; CATTELAN, João Carlos (org.). **Poder, dizer, resistir**: ensaios em análise do discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, p.13-26, 2019.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

UGARTE, D. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VINHAS, Luciana I. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 62, n. 00, p.1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8658800>. Acesso em: 8 fev. 2023.

WERNECK, Jurema. Prefácio. *In*: FONSECA, Denise P. R.; LIMA, Tereza M. O. (orgs.). **Outras mulheres**: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012. *E-book*. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_outras_mulheres.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone. (orgs.). **Mulheres negras na primeira pessoa**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

WESTIN, Ricardo. Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas. **Agência Senado**, 22 jun. 2020. Infomaterias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em: 19 dez 2023.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 12, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/download/79457/46458>. Acessado em: 14 jan. 2022.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G.; CESTARI, Mariana J. “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **RUA**, Campinas, v. 20, p. 167–185, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Charge – Folha de São Paulo

uol | IMPRESSÃO | LIGAR | HOST | PUBLICAR | PUBLICIDADE | CUPONS | LIGAR | PLAY | BATE PUNTO | EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S. PAULO

ENTRAR | BUSCAR

painel do leitor > comunidade | fale com a folha | erramos

Compre seu apartamento sem parar sua vida.

loft Com você até as chaves

Acesse já

Artigo sobre racismo de negros contra brancos provoca protestos

Expulsão do tenista Novak Djokovic da Austrália é defendida por leitores

Facebook | WhatsApp | Twitter | YouTube | Instagram | LinkedIn | RSS

15 Jan 2022 às 19:09

EDIÇÃO IMPRESSA

ERRAMOS

Quê o texto A- A+

Racismo

Há estudos sérios sobre a história do movimento negro e seus matizes, o debate sobre o mito racial e seus desdobramentos políticos, mas a **Folha** insiste em dar voz aos ressentidos. São dezenas de textos de Risério ("Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo". Ilustríssima, 16/1) batendo na mesma tecla, sem nenhum rigor ou critério, com estilo e conteúdo de militância de rede social. O jornal precisa se abrir para a pluralidade intelectual que ainda existe no Brasil.

Francisco Barbosa (Guarapuava, PR)

✖



Ilustração de Pogo Alives para Ilustríssima de 16 Jan 2022 - Pogo Alives

notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail

relacionadas

Leitor comenta vacinação infantil

Leitores elogiam dem Paulo Evaristo Arns, suscitado há cem anos

Torças Arsenalas apertaram Bolsonaro ou Mourão?, queridinha leitor

Por que essas quatro cabeças foram bests-sellers? Por P. Palombino

per leitura

Como o reconhecimento facial consegue proteger pessoas e seus dados

Especialista da Unico explica como a tecnologia captura, armazena e cuida das informações.

Estúdio FOLHA: projeto patrocinado UNICO

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2022/01/artigo-sobre-racismo-de-negros-contra-brancos-provoca-protestos.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2022.